



HISTÓRIA



OCUPAÇÃO PRÉ-COLONIAL DO ATUAL ESTADO DE PERNAMBUCO

O período que vai de 1500, data da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, até 1530; é denominado pelos historiadores de **período pré-colonial**. Nestes primeiros trinta anos, o Brasil foi objeto de pouco interesse para Portugal, que estava mais interessado no lucrativo comércio de especiarias com as Índias, além de não dispor de homens suficientes para povoar todas as regiões descobertas.

Outro motivo para explicar o esquecimento ao qual se relegou o Brasil foi a falta de conhecimento do novo território, principalmente no que se refere à existência riquezas que poderiam ser exploradas. Ainda assim, enviaram-se as expedições exploratórias de Gaspar de Lemos, em 1501; e a de Gonçalo Coelho, em 1503; navegadores que fizeram o levantamento do litoral brasileiro, realizando observações e descrições sobre suas características geográficas.

A economia pré-colonial baseou-se na extração e comércio do pau-brasil, madeira avermelhada encontrada no litoral brasileiro, que já era bastante conhecida na Europa. Dela extraíam-se corantes que eram utilizados para tingir tecidos.

A extração do pau-brasil foi declarada estanco, ou seja, passou a ser um monopólio real, cabendo ao rei conceder a permissão a alguém para explorar comercialmente a madeira. Mas, se o rei outorgava esse direito, cabia ao arrendatário executar o negócio com seus próprios meios, arcando com todos os riscos do empreendimento.

O benefício que a Coroa obtinha com a concessão da exploração comercial do pau-brasil era uma parcela dos lucros conseguidos pelo arrendatário. O primeiro negociante a receber autorização régia para explorá-lo foi Fernando de Noronha, em 1502.

O ciclo de exploração do pau-brasil foi breve, já era que baseado numa extração predatória. Isto é, não havia a preocupação de repor as árvores derrubadas por meio do replantio, o que resultou no rápido esgotamento desse tipo madeira. Outros aspectos importantes a serem salientados é que a exploração de pau-brasil teve impacto praticamente nulo na ocupação do território brasileiro.

Limitando-se à área costeira, o extrativismo não chegou a gerar núcleos de povoamento permanentes. Além disso, foi a primeira atividade econômica em que os negociantes portugueses empregaram a mão de obra indígena no corte e carregamento da madeira para os navios.

Martim Afonso de Souza

Após 1530, o comércio entre Portugal e as Índias entrou em decadência. Neste mesmo período, o litoral brasileiro passou a sofrer sistemáticas ameaças por parte de navegadores estrangeiros e mercenários que contrabandeavam o pau-brasil. Portugal, então, precisou tomar medidas para guarnecer a costa brasileira e repelir os invasores.

Expedições comandadas por Cristóvão Jacques, em 1516 e 1519 e ainda em 1526 e 1528; tiveram por objetivo repelir os invasores, mas pouco puderam fazer em razão da enorme extensão do litoral brasileiro. Esses foram os principais fatores que geraram preocupação com a situação das terras brasileiras, levando a Coroa portuguesa a iniciar o processo de colonização.

Os passos iniciais da colonização do Brasil foram dados a partir da criação de núcleos de colonização. Em dezembro de 1530, partiu de Lisboa uma grande expedição composta por 50 embarcações transportando homens, ferramentas, sementes e víveres. Comandada por Martim Afonso de Souza, teve como objetivo estabelecer os primeiros núcleos de povoamento permanente no país.

São Vicente e Santo André

A expedição chegou ao litoral brasileiro em janeiro de 1531. O primeiro núcleo de colonização, a vila de São Vicente, localizada no litoral, foi fundada em 1532. Em seguida criou-se a vila de Santo André da Borda do Campo, no planalto de Piratininga, região interiorana onde hoje se situa a Grande São Paulo. Nesses núcleos concediam-se aos colonos lotes de terra, denominados sesmarias, para que iniciassem as plantações para produzir os meios de subsistência e se fixarem na região.

Também foram nomeados os primeiros administradores e criados os primeiros órgãos fiscais e judiciários. A vila de São Vicente prosperou, estimulando a criação de novos povoados em seu entorno; como Santos, em 1536; que posteriormente veio a ser elevado à categoria de “vila” (1545).

Apesar disso tudo, os primeiros esforços empreendidos pelos portugueses para colonizar o Brasil revelaram-se muito limitados. Os núcleos de colonização eram insuficientes para garantir a permanência dos colonos que aqui chegavam e expandir os povoados. Para dar prosseguimento ao povoamento da colônia de forma ordenada e eficiente, havia a necessidade de vultosos recursos econômicos, de que a Coroa portuguesa não dispunha.

Capitanias hereditárias

Para prosseguir com o processo de colonização, Portugal recorreu ao sistema de Capitanias hereditárias. Esse sistema já havia sido empregado com êxito em suas possessões nos Açores, Madeira e Cabo Verde. Ele se baseava na doação de um extenso lote de terra a uma pessoa ilustre e influente do reino, geralmente um nobre rico, que passava a ser o donatário e ficava encarregado de empreender a colonização da terra recebida, investindo nela seus próprios recursos.

Os donatários recebiam as terras não como proprietários, mas como administradores. Ainda assim, possuíam muitos direitos sobre elas, de modo que se tornassem um empreendimento favorável e atrativo aos interesses dos donatários. Podiam escravizar índios e vendê-los, fundar povoações, conceder sesmarias, estabelecer e extrair uma parte dos impostos e tributos sobre produtos e mercadorias produzidas para o consumo interno ou aquelas destinadas à exportação. Tinham também poder para julgar e condenar escravos e homens livres que estivessem nos limites de sua capitania.

As Capitanias hereditárias foram criadas entre 1534 e 1536, a partir da divisão do litoral brasileiro em extensas faixas de terra que iam da costa para o Oeste, até o meridiano traçado por Torres Vedras. Ao todo foram constituídas 14 Capitanias que foram doadas a 12 donatários.

Eram faixas gigantes de terra, com centenas de quilômetros, do tamanho de atuais Estados, que precisavam ser ocupadas para dar início às primeiras atividades econômicas do Brasil. O sistema das capitanias hereditárias foi a primeira tentativa de administrar a então colônia de Portugal. Você conhece esta parte da história? Teste-se.



Governo-geral

Entretanto, ao contrário do que ocorreu nos Açores, Madeira e Cabo Verde, as Capitanias hereditárias no Brasil não alcançaram os resultados esperados. Foram muitas as razões do fracasso. Entre elas, podem ser considerados a falta de terras férteis, os conflitos com os povos indígenas, que ofereceram enorme resistência diante das invasões de suas terras e das tentativas de escravização, e a má administração. Sem falar no problema da necessidade de recursos em maior escala, devido a enorme distância que separava a Metrópole, ou seja, Portugal, das terras brasileiras.

As Capitanias que prosperaram foram justamente aquelas em que os donatários possuíam grande fortuna ou acesso ao crédito bancário europeu, como Martim Afonso, com a capitania de São Vicente; e Duarte Coelho, com a capitania de Pernambuco.

Tendo fracassado o sistema de Capitanias, Portugal recorreu à centralização do poder, estabelecendo na colônia um governo-geral. O governo-geral, porém, não se destinava a substituir as Capitanias hereditárias. Seu principal objetivo foi o de estabelecer uma autoridade central no território colonial, a fim de coordenar a administração das capitanias que estavam funcionando de forma autônoma, quase sempre contrariando os interesses da Coroa portuguesa.

Tomé de Sousa

Assim, em 17 de dezembro de 1548, o rei assinou o Regimento que estipulava as orientações gerais necessárias para o estabelecimento do governo-geral em território brasileiro. Ele criava os cargos de Governador, Ouvidor-Mor, Provedor-Mor e Capitão-Mor. O primeiro Governador-Geral do Brasil foi Tomé de Souza, que se estabeleceu na Bahia e exerceu seu mandato entre 1549 a 1553. Seus sucessores foram Duarte da Costa, no período de 1553 a 1558; e Mem de Sá, entre 1558 a 1572.

Os governos-gerais asseguraram a ocupação e povoamento das terras brasileiras estimulando a criação das primeiras cidades, o estabelecimento de instituições religiosas, a criação dos primeiros colégios e o incremento das atividades econômicas, principalmente aquelas atividades voltadas para a agricultura e pecuária.

O estabelecimento do governo-geral em território brasileiro permitiu criar as condições mínimas necessárias para levar adiante o empreendimento colonial que, nos séculos seguintes, iria gerar importantes transformações políticas, sociais e econômicas na colônia.

OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DE PERNAMBUCO;

O Brasil pré-histórico apresenta-se com tradições rupestres de ampla dispersão através de suas grandes distâncias e ampla temporalidade. O registro arqueológico e, concretamente, o rupestre assim o indicam. As tradições rupestres do Brasil não evoluíram por caminhos independentes; os seus autores ou grupos étnicos aos quais pertencem, mantiveram contatos entre si, produzindo-se a natural evolução no tempo e no espaço que nos obriga a estabelecer as subdivisões pertinentes.

Podemos afirmar que o registro rupestre é a primeira manifestação estética da pré-história brasileira, especialmente rica no Nordeste. Além do evidente interesse arqueológico e etnológico das pinturas e gravuras rupestres como definidoras de grupos étnicos, na ótica da história da Arte representa o começo da arte primitiva brasileira. A validade ou não do termo “arte”, aplicado aos registros rupestres pré-históricos, é tema sempre discutido, embora toda manifestação plástica forme parte do mundo das ideias estéticas e consequentemente da história da Arte. O pintor que retratou nas rochas os fatos mais relevantes da sua existência tinha, indubitavelmente, um conceito estético do seu mundo e da sua circunstância. A intenção prática da sua pintura podia ser diversificada, variando desde a magia ao desejo de historiar a vida do seu grupo, porém, de qualquer forma, o pintor certamente desejava que o desenho fosse “belo” segundo seus próprios padrões estéticos. Ao realizar sua obra, estava criando Arte. Se as pinturas de Altamira, na Espanha, ou as da Dordonha, na França, são consideradas, indiscutivelmente, patrimônio universal da arte pré-histórica sabe, entretanto que, pintadas nas profundidades das cavernas escuras, não foram feitas para agradar ninguém do mundo dos vivos, não há motivos aceitáveis para se duvidar ou negar a categoria artística das nossas expressivas e graciosas pinturas rupestres do Rio Grande do Norte ou do Piauí.

O tipo de suporte e a estrutura são elementos essenciais e determinantes para se compreender o sítio rupestre e a sua utilização. Os abrigos localizados no alto das serras, ao longo dos rios, como é o caso da região do Seridó, nos sugere serem lugares cerimoniais, longe das aldeias, que deveriam estar situadas mais perto da água. Já os sítios da Serra dos Cariris Velhos, entre a Paraíba e Pernambuco, situados em lugares de várzea, piemonte ou “brejos”, mesmo sendo também lugares de culto, nos dão a impressão de uma utilização habitacional, mesmo que temporária, ou talvez lugar de culto perto da aldeia do grupo.

Foi precisamente nos sertões nordestinos do Brasil, onde a natureza é particularmente hostil à ocupação humana, onde se desenvolveu uma arte rupestre pré-histórica das mais ricas e expressivas do mundo, demonstrando a capacidade de adaptação de numerosos grupos humanos que povoaram a região desde épocas que remontam ao pleistoceno final. No estado atual do conhecimento, podemos afirmar que três correntes, com seus horizontes culturais, deixaram notáveis registros pintados e gravados nos abrigos e paredões rochosos do Nordeste brasileiro. A esses horizontes chamamos tradição Nordeste, tradição Agreste e tradição São Francisco de pinturas rupestres, somam-se as tradições de gravuras sob-rocha, conhecidas como Itaquiarias. Foram também definidas outras tradições chamadas “Geométrica”, “Astronômica”, “Simbolista”, etc. que podem ser incluídas nas anteriores.

As pesquisas arqueológicas nos sítios da Chapada do Araripe buscam compreender os processos de ocupação, de adaptação e de subsistência dos antigos grupos ceramistas. Recentemente, foram incorporadas a estas pesquisas, técnicas de recuperação de resíduos químicos e biológicos procedentes da mandioca (*Manihot esculenta*), com a finalidade de inferir sobre o cultivo e manejo de vegetais, em contextos doméstico e funerário, ao largo da Pré-História. Os vestígios vegetais recuperados das cerâmicas ou dos sedimentos arqueológicos refletem dados culturais sobre antigos grupos humanos na região, incluindo seus modos de vida e morte, dieta, cultivo e manejo de plantas, uso e função das vasilhas cerâmicas, além de fornecer dados paleoecológicos e paleoambientais.



Os primeiros resultados paleológicos da cerâmica pré-histórica do Sítio Aldeia do Baião sugerem um ambiente paisagem composto por vegetação arbórea (tipo Anacardiácea) e herbácea (Amaranthaceae-Chenopodiaceae e Poaceae), sob influência flúvio-lacustre e ou solos bem drenados (*Botryococcus*). A presença de grãos de pólen de plantas cultivadas como o milho (cf. *Zea mays*?) e microfungos coprófilos (tipo *Sporormiella*, *Gelasinospora* e tipo Sordariaceae) sustentam a hipótese de assentamentos humanos de longa duração no local. O microfungo *Gelasinospora* também reflete o uso do fogo para as práticas agrícolas e caça.

Para prosseguir com o processo de colonização, Portugal recorreu ao sistema de Capitânicas hereditárias. Esse sistema já havia sido empregado com êxito em suas possessões nos Açores, Madeira e Cabo Verde. Ele se baseava na doação de um extenso lote de terra a uma pessoa ilustre e influente do reino, geralmente um nobre rico, que passava a ser o donatário e ficava encarregado de empreender a colonização da terra recebida, investindo nela seus próprios recursos.

Ocupações Ceramistas Pré-históricas no Nordeste Brasileiro.

O conhecimento sobre os grupos ceramistas pré-históricos no Nordeste foi significativamente alterado depois término do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA. O quadro estabelecido no período de 1965 a 1970 definiu uma separação bem distinta entre grupos do interior com as “Tradições Regionais” Aratu e Una, e no litoral os grupos da Tradição Tupiguarani. Posteriormente, na década de 1980 foram identificadas no sertão pernambucano as fases Croata e Triunfo, localizadas em áreas de brejos de altitude e, na Chapada do Araripe, a fase Araripe, todas filiadas a Tradição Tupiguarani. Segundo Albuquerque (1984) os grupos das fases Croata e Triunfo possuíam aldeias amplas, de tendências circulares, cerâmica decorada com pintura vermelha sobre engobo branco, decoração plástica e formas que seriam compatíveis com o consumo da mandioca.

Os resultados de projetos na área de estudo demonstram que as populações humanas produziam cerâmicas com características tecnológicas filiadas aos grupos da Tradição Tupiguarani, originários de ambientes de florestas, despertando, já na década de 1980, questionamentos sobre o modelo de Floresta Tropical.

Alguns historiadores trabalham com a hipótese de que a presença de populações pré-históricas de horticultores, naquela região, estaria vinculada a um processo de adaptação cultural às condições de semi-aridez ou a condições climáticas mais úmidas, compatíveis com a expansão dos domínios florestados. O cultivo da mandioca teria sido um dos principais fatores de adaptabilidade dos ceramistas Tupiguarani ao sertão nordestino.

De modo geral, os grupos que ocuparam a Chapada do Araripe, antes e/ou depois da colonização europeia, produziam uma cerâmica com bolos de argila, areia e cacos triturados. Sendo modelada, acordelada ou com as duas técnicas associadas.

Apresenta decoração plástica escovada, unglado, marcado com cestaria e ponteados. Em alguns objetos ocorre a associação da pintura e da decoração plástica.

A pintura era realizada com grande variedade de cores: branco, vermelho, marrom, preto e cinza, com vários motivos de decoração (desenhos geométricos, faixas e linhas paralelas e cruzadas, pontos etc.). As vasilhas apresentam bordas diretas ou bordas reforçadas, bases arredondadas ou cônicas, formas ovoides e esféricas.

Existiam pratos, tigelas e panelas com diâmetro da boca variando de 6 a 80 cm, além de vasilhas com boca oval, quadrangular ou retangular, com apliques de asa ou alça. Esses grupos produziam também fusos de tear, cachimbos e modelavam pequenos objetos zoomorfos, usados algumas vezes como apliques.

A tecnologia lítica era também rica e diversificada com a obtenção de artefatos como raspadores, facas, mãos de pilão, bate-dores e moedores, machados, discos, tembetás e pingentes usados como adorno. As matérias-primas mais usadas foram o quartzo, quartzito, xisto, calcedônia, sílex e granito.

A origem da agricultura no Nordeste brasileiro remonta 3000 anos, a partir de um número reduzido de populações de caçador-coletores que possivelmente praticaram a agricultura de subsistência ao redor de suas moradias, o termo agricultura de subsistência está relacionado à cultura de grãos de cereais e legumes e tubérculos, plantados com a utilização de ferramentas de produção (ex. pau-de-cavar ou enxada), desmatamento e queima de madeira (ou coivara).

Este método conduzia ao esgotamento do solo em curto prazo e a busca por outros recursos alimentares, como a caça e a coleta de frutos.

Entorno de 3300 anos AC, a cerâmica produzida apresenta características formas simples, sendo alisada ou raspada. Cerca de 2000 anos AC registra-se, no sudeste do estado do Piauí, um aumento populacional com novos grupos ceramistas.

Esses grupos produziam uma cerâmica com técnicas decorativas variadas com a presença do corrugado, unglado, escovado, inciso e pintado. Existe uma diversidade de formas e tamanhos de vasilhas e grandes urnas funerárias.

Em áreas interiores do Nordeste se documenta ainda a ocupação de grupos filiados a Tradição Tupi-guarani desde ca. 1100 anos AC até o contato europeu.

O historiador Albuquerque e Lucena, relacionaram essas ocupações às mudanças climáticas ocorridas durante o período Holoceno, devido à expansão e retração de áreas florestadas, como os brejos de altitude.

Estas áreas são consideradas importantes refúgios de populações humanas pré-históricas, dadas suas condições climáticas e ecológicas para a sobrevivência e sustentabilidade agrícola desses grupos.

Ainda, conforme Albuquerque e Lucena, essas populações humanas estariam relacionadas principalmente com o cultivo de mandioca, que foi o principal vegetal consumido durante a Pré-história na América Tropical, incluindo suas variedades mais importantes: a mandioca-amarga (*Manihot esculenta*), a mandioca-brava (*Manihot utilissima*) e a mandioca-doce (*M. aipi*).



A tecnologia envolvida no preparo, consumo e armazenamento desse tipo de alimento e seus subprodutos inclui uma gama de artefatos cerâmicos (vasilhames e assadores) e líticos (machados, lascas e raladores), assim como os manufaturados de plantas (cestarias de palha de palmeiras, algodão e algumas gramíneas) (PEARSALL, 1992).

Os dados arqueobotânicos registrados para a região Nordeste ainda são incipientes. No entanto, seus registros demonstram a influência antrópica nos processos de construção da paisagem.

O registro simultâneo em torno de 4500 anos AC, no Sítio Alcobaça (Pernambuco) (4733 ± 29 e 4243 ± 26 anos AP) pelos vestígios de milho, frutos de palmeiras (babaçu, ouricuri, coquinho), umbu, frutos de babaçu de cajá e seriguela e no Sítio funerário Toca do Gongo onde foram recuperados artefatos líticos e cerâmicos, restos de fogões, sementes de avelã, feijão, abóboras e fibras de caroá, associados a esqueletos de nove enterramentos reforçam essas hipóteses. Neste sítio também foram registradas espigas de milho.

Os indícios de ocupação pré-histórica por grupos ceramistas no sítio Evaristo I (Ceará) está representada pela presença de artefatos cerâmicos e líticos em contextos funerários e domésticos.

Os grãos de pólen de plantas cultivadas (mandioca, batata-doce, abóboras e algodão) e frutíferas (caju e palmeiras), além de fungos patogênicos de plantas cultivadas refletem o modo de vida e subsistência desses grupos.

Os macro- e microvestígios botânicos preservados em sítios arqueológicos também reforçam a presença da cultura material das populações humanas pré-históricas. As plantas utilizadas por estes grupos são muitas vezes elementos derivados da modificação humana (i.e., cultivo, domesticação).

Assim, tendo em consideração o cultivo e preparação de alimentos, propõe uma divisão na tradição cerâmica Tupi-guarani, com a subtradição Tupinambá ou Pintada na região Leste e Nordeste e subtradição Guarani ou Corrugada na região Sul.

A primeira possuiria vasilhas como pratos e tigelas de base plana, com perímetro de boca oval ou quadrangulóide, sendo ideais para o beneficiamento da mandioca; a segunda, ou seja, subtradição Guarani, vasilhas como jarras e tigelas carenadas com base redonda ou cônica, próprias para o preparo de grãos como o milho. Etnograficamente os “Tupi-Guarani cultivam principalmente mandioca, milho, batata doce, cará, feijões, abóboras, amendoim e pimenta, além do fumo, algodão, cabaça, cuias, corantes (urucu, jenipapo) e, no caso dos Guarani, o mate.

Os Tupi baseavam sua alimentação principalmente nas variedades tóxicas da mandioca (mandioca amarga, brava ou venenosa) consumido-as como farinha, beiju e bebidas fermentadas alcoólicas os relatos etnohistóricos acrescidos de dados arqueobotânicos são a base para as aproximações a respeito das interações humanas e as plantas.

As informações sobre o início da ocupação dos grupos ceramistas da tradição Tupi guarani na região do semiárido pernambucano ainda são poucas, sendo aventada a hipótese que esteve provavelmente condicionado ao clima que influenciou a formação de uma nova onda migratória, sobretudo no Estado de Pernambuco.

Os grupos ceramistas desta tradição sempre estiveram relacionados ao cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*) que representou grande influência socioeconômica e de organização do espaço. Segundo os dados etnográficos, o plantio da mandioca necessitava de solos amplos e férteis.

As informações etnohistóricas e arqueológicas indicam uma grande densidade populacional nesta região, no entanto, ainda se conhece pouco sobre suas formas de subsistência, com escassas evidências arqueobotânicas nos sítios. A tecnologia empregada na produção de alimentos, registrada no Sítio Aldeia do Baião inclui tanto a utilização de material lítico quanto artefatos cerâmicos.

Sítios arqueológicos: Escavações e Artefatos Cerâmicos Recuperados.

A área arqueológica de Araripina –PE é composta por um conjunto de **24 sítios arqueológicos** e constitui um importante local de desenvolvimento das culturas humanas. As primeiras prospecções arqueológicas nos sítios da região foram efetuadas na década de 1980, tendo sua continuidade na década seguinte, a partir de 2005 seguindo até os dias atuais.

Os sítios registrados até o presente na região são divididos em: **a) sítios rupestres em abrigos sob rocha; b) sítios lito-cerâmicos a céu aberto; e c) sítios de oficinas líticas.**

Dos vinte e quatro sítios arqueológicos lito-cerâmicos identificados, até o momento, no município de Araripina-PE, **nove** sítios estão inseridos na área de **vale fluvial** e **quinze** nos domínios da **chapada**.

Esses sítios, de modo geral, apresentam uma cerâmica de grande riqueza de formas e tamanhos; com objetos de boca arredondada, elíptica e quadrangular; com contornos globulares, multifixionados e multiangulares.

Sugerindo a existência de uma ampla tralha doméstica destinada preparar, servir e armazenar alimentos sólidos e líquidos. Por sua vez, a presença de manchas húmicas e áreas de concentração de material em diversos sítios, contribuem para as análises da organização espacial intra e inter-sítio; sendo ainda um importante manancial de macro- e microvestígios vegetais, tendo em consideração a influência antrópica e a alta concentração de matéria orgânica como parte do processo de formação destes solos.

Estas investigações contribuirão, tanto para a definição das condições ambientais e climáticas pretéritas, quanto para a compreensão da dieta alimentar, incluindo o processo de produção e consumo de alimentos, e manejo agrícola entre os grupos ceramistas no sertão nordestino.

Sem dúvidas, há uma forte correlação entre a fabricação da cerâmica e a prática da agricultura (agricultores-ceramistas), o uso da cerâmica não é dependente do domínio da agricultura.



Essas premissas darão suporte aos estudos palinológicos, uma vez que, ao determinar o paleoambiente podemos inferir sobre o modo de vida, o tempo de permanência e a captação de recursos vegetais pelas comunidades pré-históricas e suas relações paleoetnobotânicas,

**CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS
DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS QUE
HABITAVAM O TERRITÓRIO DO ATUAL ES-
TADO DE PERNAMBUCO, ANTES DOS PRI-
MEIROS CONTATOS EURO-AMERICANOS.**

Quando os primeiros europeus chegaram ao território brasileiro, no início do século XVI, vários grupos indígenas ocupavam a região [Nordeste](#). No litoral, predominavam as tribos do tronco linguístico *tupi*, como os *Tupinambás*, *Tabajaras* e os *Caetés*, os mais temíveis. No interior, habitavam grupos dos troncos linguísticos *Jê*, genericamente denominados *Tapuias*.

Como em outras regiões brasileiras, a ocupação do território em Pernambuco começou pelo litoral, nas terras apropriadas para a agroindústria do açúcar, onde os indígenas eram utilizados pelos portugueses como mão-de-obra escrava nos engenhos e nas lavouras, especialmente por parte daqueles que não dispunham de capital suficiente para comprar escravos africanos.

Após um período de paz aparente, os índios reagiram a esse regime de trabalho através de hostilidades, assaltos e destruições de engenhos e propriedades, realizados principalmente pelos *Caetés*, que ocupavam a costa de Pernambuco.

A guerra e a perseguição dos portugueses tornaram-se sistemáticas, fazendo com que os índios sobreviventes tivessem que emigrar para longe da costa. Porém, a criação de gado levou os colonizadores a ocupar terras no interior do Estado, continuando assim a haver conflitos.

As relações entre os criadores de gado e os índios, no entanto, eram bem menos hostis do que com os senhores de engenho, mas a sobrevivência das tribos, que não se refugiavam em locais remotos, só era possível quando atendia aos interesses dos criadores e não era assegurada aos indígenas a posse de suas terras.

Durante os dois primeiros séculos do Brasil Colônia, as missões religiosas jesuíticas eram a única forma de proteção com que os índios contavam. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, os aldeamentos permaneceram sob a orientação de outras ordens religiosas, sendo entregues, posteriormente, a órgãos especiais, porém as explorações e injustiças contra o povo indígena continuaram acontecendo.

Através de algumas fontes, dizem que nos séculos XVIII e XIX uma quantidade indeterminada de índios foi aldeada no território pernambucano, mas aparentemente não há registros de sua procedência.

Existiam os aldeamentos dos *Garanhuns*, próximo à cidade do mesmo nome; dos *Carapatós*, *Carnijós* ou *Fulni-ô*, em Águas Belas; dos *Xucurus*, em Cimbres; dos *Argus*, espalhados da serra do Araripe até o rio [São Francisco](#); dos *Caraibas*, em Boa Vista; do *Limoeiro* na atual cidade do mesmo nome; as aldeias de *Arataqui*, *Barreiros* ou *Umã*,

Escada, da tribo *Arapoá-Assu*, nas margens dos rios Jaboatão e Gurjaú; a aldeia do Brejo dos Padres, dos índios *Pankaru* ou *Pankararu*; aldeamentos em Taquaritinga, Brejo da Madre de Deus, Caruaru e Gravatá.

No século XIX, a região do atual município de Floresta e diversas ilhas do rio São Francisco se destacava pelo grande número de aldeias, onde habitavam os índios *Pipiães*, *Avis*, *Xocós*, *Carateus*, *Vouvês*, *Tuxás*, *Aracapás*, *Caripós*, *Branccararus* e *Tamaqueús*.

O desaparecimento da maioria das tribos deve-se às diversas formas de alienação de terras indígenas no Nordeste ou da resolução do Governo de extinguir os aldeamentos existentes.

Dos grupos que povoaram Pernambuco, salvo alguns sobreviventes, pouco se sabe. O fato dos índios não possuírem uma linguagem escrita, dificultou muito a transmissão das informações.

Existem legalmente em Pernambuco, sete grupos indígenas: os *Fulni-ô*, em Águas Belas; os *Pankararu*, nos municípios de Petrolândia e Tacaratu; os *Xucuru*, em Pesqueira; os *Kambiwá*, em Ibimirim, Inajá e Floresta; os *Kapinawá*, em Buíque os *Atikum*, em Carnaubeira da Penha e os *Truká*, em Cabrobó. Esses três últimos grupos foram identificados mais recentemente.

Após terem passado por uma série de mudanças ambientais e culturais, esses índios conseguiram sobreviver e, apesar de terem estabelecido contato com os não índios, alguns ainda conservam, ainda que precariamente, traços da sua tradição.

Todos se auto identificam como indígenas e pouco se diferenciam uns dos outros racial ou culturalmente. Devido à forte miscigenação com brancos e negros, a sua aparência física perdeu a identidade.

São índios aculturados, mas que mantêm sua sociedade à parte. As tradicionais figuras do *cacique* e do *pajé*, ainda sobrevivem em todos os grupos, assim como o *tore* é dançado em todas as comunidades, não apenas como divertimento, mas também na transmissão de traços culturais. Com exceção dos Fulni-ô, nenhum dos grupos conservou o idioma tribal.

O índio teve uma grande influência na formação étnica, na cultura, nos costumes e na língua portuguesa falada no Brasil. Em Pernambuco, palavras como *Gravatá*, *Caruaru*, *Garanhuns* e bairros do Recife com *Parnamirim* e *Capunga*, estão associados a antigos locais de moradia indígena.

Atualmente, os principais problemas enfrentados pelos grupos indígenas pernambucanos são os conflitos entre facções rivais da tribo Xucuru; a influência do tráfico de drogas entre os Truká e a invasão de terras pertencentes aos Fulni-ô. Pernambuco é o quarto Estado do Brasil em número de indígenas.



Conheça a história das tribos que habitavam o território pernambucano. Origens e costumes. As lutas pela posse da terra. Os remanescentes que tentam escapar da morte em emboscadas.

Atualmente, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), vive em Pernambuco um total de 25.726 remanescentes dos povos indígenas que primitivamente habitavam no Estado.

Eles estão assim distribuídos: Pankararu, 4.062 pessoas; Kambiawá, 1.400; Atikum, 4.506; Xucuru, 8.502; Fulni-Ô, 3.048; Truká, 2.535; Tuxá, 47; Kapinawá, 1.035; Pipipãs, 591 pessoas.

Sobrevivendo em situação precária e, muitas vezes, sendo mortos em emboscadas como vem ocorrendo desde 1986 com os Xucurus, no município de Pesqueira, esses remanescentes indígenas ainda guardam um pouco da cultura dos índios pernambucanos, massacrados ao longo dos séculos.

Conheça seus modos de viver:

A tribo Fulni-Ô: Também conhecidos como Carnijó ou Carijó, vivem do artesanato e agricultura de subsistência no município de Águas Belas. Conservam o idioma Yathê e alguns rituais como o Ouricuri.

Kambiawá: O grupo ocupa uma área de 27 mil hectares de terra entre os municípios de Ibimirim, Inajá e Floresta, desenvolvendo agricultura de subsistência.

Pankararu: Seus remanescentes estão distribuídos em 14 mil hectares de terra entre os municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, conservando algumas de suas festas tradicionais como a Festa do Menino do Rancho e o Flechamento do Umbu.

Atikum: Esses índios ocupam uma área de 16 mil hectares no município de Carnaubeira da Penha, vivem da agricultura de subsistência.

Xucuru: Vive na região da Serra do Ororubá, município de Pesqueira, conservam algumas festas religiosas como a de Nossa Senhora da Montanha e praticam a agricultura de subsistência.

Truká: Grupo de remanescentes indígenas que vivem da agricultura no município de Cabrobó.

Kapinawá: Vivem na localidade de Mina Grande, no município de Buíque Tuxá: Grupo de 41 índios assentados em um acampamento da Chesf, no município de Inajá, depois que suas terras foram inundadas pelo lago da hidrelétrica de Itaparica.

Pipipã: Esses índios viviam nas caatingas entre os vales dos rios Moxotó e Pajeú e foram praticamente dizimados em meados do século XVIII. Atualmente, existe um pequeno grupo de remanescentes no município de Floresta, na região do Rio São Francisco.

Xucurus: os índios marcados para morrer

**A CAPITÂNIA DE PERNAMBUCO:
A GUERRA DOS BÁRBAROS:
A LAVOURA AÇUCAREIRA E MÃO DE
OBRA ESCRAVA; A GUERRA
DOS MASCATES**

A Capitania de Pernambuco foi uma das divisões do território da colônia portuguesa do Brasil, doada pelo rei de Portugal, Dom João III a Duarte Coelho Pereira (1534). Constituiu-se na Província, na época da Independência e, após a Proclamação da República Brasileira, no Estado de Pernambuco.

O Rei de Portugal, Dom João III, instituiu o sistema de capitanias hereditárias como forma de ocupação e colonização do Brasil, dividindo o território em quinze (15) lotes – capitanias hereditárias – as quais doou a súditos que haviam prestado relevantes serviços ao reino.

O sistema fora utilizado pelo governo português na Ilha da Madeira, em Cabo Verde, nos Açores e em São Tomé, doando terras em caráter vitalício e hereditário a cidadãos da nobreza – **donatários** –, governadores das capitanias. O território de cada capitania, no Brasil, ia do litoral até o limite estipulado no Tratado de Tordesilhas.

Os donatários tinham a tarefa de governar, colonizar, resguardar e desenvolver a região com recursos próprios. A Coroa portuguesa ocupava o território do Brasil e fazia dele fonte de lucro.

A Capitania de Pernambuco foi outorgada a Duarte Coelho Pereira, por Carta de Doação lavrada a 10 de março de 1534, recebendo o título de Capitão e Governador das terras de Pernambuco.

A Capitania, a que o donatário chamou de Nova Lusitânia, homenagem à origem da pátria, se estendia entre o rio Igarapé e o rio São Francisco, compreendendo: sessenta léguas de terra da costa do Brasil, as quais começarão no rio São Francisco, que é do Cabo de Santo Agostinho para o Sul, e acabarão no rio que cerca em redondo toda a Ilha de Itamaracá, ao qual ora novamente ponho nome de Rio Santa Cruz, e mando que assim se nomeie e chame daqui por diante e isto com tal declaração que ficará com o dito Duarte Coelho a terra do Sul (...) e ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda Sul, e o dito rio onde Cristovão Jacques fez a primeira casa de minha feitoria.

E a cinquenta passos da dita casa da feitoria pelo rio adentram ao longo da praia se porá um padrão de minhas armas, e do dito padrão se lançará uma linha ao Oeste pela terra firme adentro e a terra da dita linha para o Sul será do dito Duarte Coelho, e do dito padrão se lançará uma linha cortando a Oeste pela terra firme adentro, e da dita linha para o Sul será do dito Duarte Coelho, e do dito padrão pelo rio abaixo para a barra e mar, ficará assim mesmo com ele Duarte Coelho a metade do dito rio de Santa Cruz para



a banda do Sul e assim entrará na dita terra e demarcação dela todo o dito Rio de São Francisco e a metade do Rio de Santa Cruz pela demarcação sobredita, pelos quais rios ele dará serventia aos vizinhos deles.

De uma parte e da outra, e havendo na fronteira da dita demarcação algumas ilhas, hei por bem que sejam do dito Duarte Coelho, e anexar a esta sua capitania sendo as tais ilhas até dez léguas ao mar na frontaria da dita demarcação pela linha Leste, a qual linha se estenderá do meio da barra Rio de Santa Cruz, cortando de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro, tanto quanto poderem entrar e for de minha conquista, a terra pela sobredita demarcação assim lhe faço doação e mercê de juro e herdade para todo o sempre como e que Duarte Coelho, e todos os seus herdeiros e sucessores, que a dita terra herdarem e sucederem se possam chamar capitães e governadores delas.

A metade da barra Sul do canal de Itamaracá (rio de Santa Cruz) até 50 passos além do local onde existira a primitiva feitoria de Cristóvão Jacques, demarcava o limite Norte; ao Sul, o limite da capitania era o rio São Francisco, em toda a sua largura e extensão, incluindo todas suas ilhas da foz até sua nascente.

O território da capitania inflétia para o Sudoeste, acompanhando o curso do rio, alcançando suas nascentes no atual Estado de Minas Gerais. Ao Norte, o soberano estabeleceu o traçado de uma linha para o Oeste, terra adentro, até os limites da conquista, definidos no Tratado de Tordesilhas, isto é, as terras situadas até 370 léguas a Oeste das Ilhas do Cabo Verde.

As fronteiras da capitania abrangiam todo o Estado de Alagoas (antiga Comarca das Alagoas) e o Oeste do Estado da Bahia (antiga Comarca do São Francisco) terminavam ao Sul, fazendo fronteira com o atual Estado de Minas Gerais. Graças à posse deste importante rio, em toda sua extensão e largura, Pernambuco crescia na orientação Sudoeste, ultrapassando em largura em muito as 60 léguas estabelecidas na carta de doação.

Duarte Coelho Pereira recebeu a doação e partiu para o Brasil, trazendo a esposa Brites de Albuquerque, e muitos parentes e amigos, cedendo assim as famílias Albuquerque Maranhão. João Gomes de Melo, casou com Ana de Holanda, originando a Família Melo.

Duarte Coelho desembarcou no porto da Ilha de Itamaracá, chamado de Pernambuco Velho, em 9 de março de 1535, e tomou posse da Capitania. Acompanhava-o essa verdadeira corte, constituída na maioria de nobreza do norte de Portugal, os quais diferentes da maioria dos demais colonizadores, para receber terras, cultivar as terras e nelas se estabelecendo, fazendo prosperar.

A história diz que desembarcou às margens do rio de Santa Cruz, onde havia um núcleo de povoamento, que passou a chamar Sítio dos Marcos, porque ali se demarcam as terras da Capitania de Pernambuco com as Terras de Itamaracá, onde existiria a feitoria régia para tráfico de pau brasil e uma fortaleza de madeira, na qual se abrigaram Duarte Coelho e sua comitiva.

O donatário incubiu a Afonso Gonçalves, seu companheiro de jornada da Índia, que erigisse a Vila de Igarauçu. Segundo a tradição oral a cidade foi fundada em 27 de setembro de 1535, após a vitória

dos portugueses, sob o comando do capitão Afonso Gonçalves fez vir, muitos parentes com suas mulheres e filhos, que passaram a lavrar a terra entre os moradores anteriores, plantando mantimentos e cana de açúcar, para que o capitão donatário começasse a construir um engenho.

A povoação foi elevada a categoria de vila em data não precisa, provavelmente em 1564, quando foi estabelecida estrutura administrativa da Vila, dotando-a de autonomia política, administrativa e econômica. A freguesia dos Santos Cosme e Damião foi criada em 1594.

Não sendo a povoação de Igarauçu local adequado onde as defesas pudessem resistir a ataques indígenas e de corsários e outros inimigos, seguiu Duarte Coelho em direção ao Sul, procurando um sítio adequado à edificação de uma povoação que se tornasse o centro de sua administração.

Encontrou nas sete colinas situadas defronte ao mar, onde existia a aldeia indígena de Marim dos Caetés o local dos seus sonhos. A vista era de uma beleza deslumbrante, vista até os dias de hoje, e encantou o donatário.

Cessando as lutas com os naturais da terras, edificou Duarte Coelho a povoação de Olinda, naquele local de rara beleza, alto e com ampla visão do oceano, ideal para a defesa. Circula até hoje na boca dos guias mirins de Olinda do seu povo a lenda que o donatário teria exclamado: Ó linda situação para fundar uma vila!

A povoação foi elevada a vila, recebendo este nome em 12 de março de 1537, fazendo o donatário a doação da terras para a Vila.

As vilas eram colonizadas pelos europeus, índios e negros, os dois últimos povos foram feitos como escravos. O papel de Duarte Coelho era o de colonizar, explorar as terras e arrecadar impostos. Na região foram construídos vários engenhos, já que a terra era fértil e a cana-de-açúcar foi muito bem adaptada ao solo.

A Capitania começou a prosperar e isso atraiu os olhares dos holandeses, que encabeçados pelo Conde Maurício de Nassau, invadiram toda a região, além da Paraíba e do Rio Grande do Norte, durante os anos de 1630 a 1654. Fixaram-se então em Recife, primeiro devido a sua geografia plana e segundo, por terem ateadado fogo em Olinda.

O domínio holandês foi positivo para a região, porque eles planejaram e construíram ruas e pontes, através de grandes nomes de profissionais da Europa da época, dando ao Recife o ar de uma cidade, longe do papel que tivera outrora como um porto para escoar a produção local.

Em 1645 deu-se início ao longo processo de expulsão dos holandeses das Capitânicas, a chamada Insurreição Pernambucana, que durou aproximadamente dez anos, até que no primeiro mês de 1654 completamente esgotados, os holandeses se renderam deixando as regiões em pleno desenvolvimento, como a cidade de Recife que contava com os comerciantes e mascates e ainda com todo vapor da produção de cana-de-açúcar em Olinda, habitada pelos senhores de engenho.

A paz não voltou a reinar por muito tempo. Os senhores de engenho que ocupavam Olinda acreditavam que tinham dinheiro para a vida inteira, até que a crise do açúcar no mercado externo colocou tudo a perder. Eles então acharam no direito de pedir dinheiro para os comerciantes de Recife, já que julgavam que Olinda era a principal cidade.

Os comerciantes que de bobos não tinham nada, foram pedir para os portugueses a liberdade de Recife e o reconhecimento do lugar como uma vila, o que logo foi acatado. Os senhores do en-



genho não gostaram e resolveram intervir dando início a Guerra dos Mascates, em 1710. O conflito durou cerca de 1 ano, e pela primeira vez a palavra “República” foi mencionada no país, pois os líderes do movimento queriam que Pernambuco se tornasse uma República.

A Guerra terminou devido às intervenções das autoridades coloniais. No mesmo ano, Recife passou a ocupar igualmente a mesma posição de Olinda. Dessa forma, ficou claro que o comércio tinha mais poder capital do que a produção colonial. Pernambuco ainda foi palco de diversos conflitos, como a Revolução Pernambucana, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira.

Após a Proclamação da República no Brasil, o estado investiu em desenvolvimento industrial e de infraestrutura, tendo na atualidade como principal fonte econômica: o turismo, devido às belas praias do seu território.

A Guerra dos Bárbaros:

Foi o nome dado à violência do homem branco oriundo de Portugal para com os índios, a população originalmente brasileira. Para os indígenas, o fato de terem sido “descobertos” já constitui um drama de proporções enormes. Os brancos com sua avidez e cobiça, negavam respeito a tudo. O que era considerado valoroso, em especial as terras, certamente consistia em alvo dos seus interesses.

Partindo desta ótica é que se deu início ao que se intitula de luta pela terra e certamente é aqui que devemos aguçar a procura pelos motivos da má distribuição das terras.

Ora, não era algo bom para os índios aceitar estes roubos e também as muitas violações dos seus direitos considerados mais elementares. Isto gerou a necessidade de os “selvagens” se defenderem. Portanto, é nesta perspectiva que damos início à discussão do período mais intenso da sua resistência na nossa região, trata-se do que chamamos de “A Guerra dos Bárbaros”.

“Os brancos associavam o nome bárbaro aos índios, considerados por eles como adversários, devido à resistência indígena, pois ‘bárbaros’ seriam aqueles que se recusavam a aceitar o poder e a cultura dos homens brancos”.

Esse conflito foi um movimento de resistência dos índios brasileiros à dominação portuguesa que surgiu entre 1650 e 1720 e que, se deu após a expulsão dos holandeses quando os portugueses deram início à sua conquista pelo interior do Brasil, ou seja, ao projeto colonizador que consistia em “consolidar a colonização da faixa litorânea e, sobretudo, iniciar a marcha de conquista de áreas interioranas”.

A Capitania do Rio Grande acabou servindo como palco das maiores batalhas durante o conflito iniciado no ano de 1683, mas que teve maior relevância no ano de 1687. Diversos grupos de índios se envolveram no conflito contra os missionários, soldados e outros agentes da coroa que estavam empenhados em abrir espaço para a criação de gado.

Após a expulsão dos holandeses, um quadro de desolação tomou conta da Capitania Rio Grande: “ficou devastada, a população quase desapareceu”. Gados e plantios foram destruídos.

“Os flamengos tinham incendiado as casas principais, queimados livros de registros”. Com isto, o governo tomou medidas para uma reorganização da Capitania reconstruindo edifícios, a defesa da cidade e também deu início a uma política de povoamento como dito anteriormente. Os colonos que faziam do interior sua morada, com a escassez de recursos para adquirirem escravos africanos, iam à captura dos nativos.

Se tratando do processo de colonização do sertão o Rio Grande, este sobreveio de maneira intensa apenas no final do ano de 1670 e o início de 1680.

Este processo não se deu de forma pacífica, pois coincide com o início da Guerra dos Bárbaros ou Guerra do Açú.

Foi neste período que os grupos indígenas se organizaram no sentido de resistir e defender as suas terras. Esse evento certamente seria marcado por uma série de conflitos desencadeados entre os indígenas e colonos habitantes do interior da capitania, que resultou no movimento expansionista português que, por sua, provocou o devassamento desta região concluindo assim, com a ratificação de várias tribos indígenas.

A sociedade no período do açúcar era marcada pela grande diferenciação social. No topo da sociedade, com poderes políticos e econômicos, estavam os senhores de engenho. Abaixo, aparecia uma camada média formada por pessoas livres (feitores, capatazes, padres, militares, comerciantes e artesãos) e funcionários públicos.

E na base da sociedade estavam os escravos, de origem africana, tratados como simples mercadorias e responsáveis por quase todo trabalho desenvolvido na colônia.

Era uma sociedade patriarcal, pois o senhor de engenho exercia um grande poder social.

O conforto da casa-grande contrastava com a miséria e péssimas condições de higiene das senzalas (habitações dos escravos). A uma sociedade patriarcal, pois o senhor de engenho exercia um grande poder social. As mulheres tinham poucos poderes e nenhuma participação política, deviam apenas cuidar do lar e dos filhos.

Administração colonial Após a tentativa fracassada de estabelecer as capitanias hereditárias, a coroa portuguesa estabeleceu no Brasil um Governo-Geral como forma de centralizar a administração, tendo mais controle da colônia. As capitanias hereditárias fracassadas foram transformadas em capitanias gerais.

O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa, que recebeu a missão de combater os indígenas rebeldes, aumentar a produção agrícola no Brasil, defender o território e procurar jazidas de ouro e prata. Também começavam a existir câmaras municipais, órgãos políticos compostos pelos “homens-bons”.

Estes eram os ricos proprietários que definiam os rumos políticos das vilas e cidades. O povo não podia participar da vida pública nesta fase. As instituições municipais eram compostas por um alcaide que tinha funções administrativas e judiciais, juizes ordinários, vereadores, almotacés e os homens bons. As juntas do povo decidiam sobre diversos assuntos da Capitania.



A economia açucareira.

A base da economia colonial era o engenho de açúcar. O senhor de engenho era um fazendeiro proprietário da unidade de produção de açúcar. Utilizava a mão-de-obra africana escrava e tinha como objetivo principal a venda do açúcar para o mercado europeu. Além do açúcar destacou-se também a produção de tabaco e algodão. As plantações ocorriam no sistema de plantation, ou seja, eram grandes fazendas produtoras de um único produto, utilizando mão-de-obra escrava e visando o comércio exterior.

O Brasil se tornou o maior produtor de açúcar nos séculos XVI e XVII. As principais regiões açucareiras eram a Bahia, Pernambuco, parte do Rio de Janeiro e São Vicente (São Paulo). O Pacto Colonial imposto por Portugal estabelecia que o Brasil (Colônia) só podia fazer comércio com a Metrópole, não devendo concorrer com produtos produzidos lá. Logo, o Brasil não podia produzir nada que a Metrópole produzisse. Desta forma foi estabelecido um monopólio comercial.

O monopólio foi de certa forma imposta pelo governo da Inglaterra a Portugal, com o objetivo de garantir mercado aos comerciantes ingleses. Portugal nunca chegou a ter uma indústria significativa e desta forma dependia das manufaturas inglesas. Portugal se beneficiava do monopólio, mas o país era dependente da Inglaterra. A colônia vendia metais, produtos tropicais e subtropicais a preços baixos, estabelecidos pela metrópole, e comprava dela produtos manufaturados e escravos a preços bem mais altos, garantindo assim o lucro de Portugal em qualquer das transações.

Foi um conflito gerado no estado de Pernambuco entre os comerciantes de Recife e os latifundiários de Olinda, em 1711, para determinar quem detinha o poder central do estado.

A definitiva expulsão dos holandeses em 1654 havia deixado Pernambuco em uma grave situação econômica, pois todo o investimento na extração do açúcar foi abalado com a baixa do produto no cenário internacional. Os olindenses, que controlavam o produto, perderam seus lucros com o domínio holandês do açúcar das Antilhas, fazendo com que aumentasse a concorrência e quebrasse o monopólio pernambucano.

Recife, que até então era uma cidade que vivia às sombras de Olinda, estava se tornando um importante polo urbano graças ao seu extenso porto e ao estímulo à prática comercial. Durante a estadia dos holandeses, a atual capital pernambucana era o principal centro administrativo, contribuindo para seu gradual crescimento econômico e independência do setor açucareiro de Olinda.

Com a crise do açúcar, os senhores de engenho olindenses pediram empréstimos aos comerciantes de Recife para tentar avançar novamente a venda do produto. Vendo a economia de sua cidade ir por água abaixo, a Câmara Municipal de Olinda, que via Recife como “povoado”, decidiu elevar o preço dos impostos de seus contribuintes mercadores.

Em 1709, os comerciantes portugueses conhecidos como “mascates” tiram Recife da condição de “povoado” para se torná-lo uma “vila”, dando-lhe direito a ter sua própria Câmara Municipal e tornar-se independente da elite agrária de Olinda. Os olindenses ficaram abalados com a situação, pois temiam ser cobrados pelos empréstimos que pediram.

Sendo assim, em 1710 os olindenses invadem Recife e conseguem dominar temporariamente a câmara da cidade. Entretanto, uma investida militar articulada pelos portugueses reagiu contra os senhores de engenho, contando com o apoio de políticos de capitânicas próximas.

No ano seguinte, ainda com a guerra entre recifenses e olindenses, a Coroa portuguesa exigiu que a situação fosse normalizada entre eles e nomeou Félix José de Mendonça, que havia apoiado os mascates, para governar o local. Para que não houvesse sustentação do conflito, Félix estabeleceu que Recife e Olinda que dessem revezar semestralmente a administração de Pernambuco.

A base da sociedade colonial brasileira era formada pelos negros escravos.

O trabalho compulsório, em processo de extinção na Europa, foi adotado no Novo Mundo dadas as condições da formação e consolidação do capitalismo comercial: no século XVI, o objetivo maior das potências europeias era o acúmulo de riqueza e, para atingi-lo, foi utilizado em diversas colônias da América, o trabalho escravo, no caso português, a opção teve como incentivo a escassez de mão de obra livre pela falta de excedente populacional na metrópole que pudesse suprir as necessidades coloniais.

Além disso, quem seria o trabalhador livre que, chegando ao território brasileiro e deparando-se com a imensidão de terra ociosa, estaria disposto a trabalhar em troca de um salário na propriedade de outros?

E ainda, o tráfico de africanos era um negócio altamente rentável para os mercadores lusos, que detinham o monopólio desse setor do comércio internacional.

O tráfico escravista: negros num navio “tumboeiro”

“Os escravos são as mãos e os pés dos senhores de engenho”, afirmava, em 1711, o jesuíta Antonil, observando a importância econômica dos escravos na sociedade patriarcal brasileira.

Eram eles que desempenhavam todas as atividades produtivas no universo do engenho: trabalhavam nos canaviais, plantando e colhendo cana; cuidavam da transformação da cana em açúcar na fábrica dos engenhos; dedicavam-se a todas as atividades domésticas da casa-grande, como cozinheiras, costureiras, mucamas, cocheiros, amas de leite, moleques de recado entre outras; mantinha, na maioria das vezes, uma roça de onde extraíam parte de sua subsistência; e tratavam dos animais e de todos os afazeres necessários à sobrevivência do engenho.

Também nas cidades, os escravos eram responsáveis por todas as atividades que demandassem qualquer espécie de esforço físico.

A primeira leva de escravos africanos desembarcou no Brasil em 1550, no porto de Salvador. Ao longo do período colonial e até a extinção da escravidão no Brasil, milhões de negros, capturados na África e transportados em tumbeiros, vieram para as terras brasileiras, para trabalhar nas mais diversas atividades econômicas.



Os principais grupos de africanos desembarcados no Brasil foram os sudaneses, originários da Nigéria, Daomé (hoje, Benin) e Costa do Ouro, contando com grupos islamizados, denominados malês, e os bantos, de Angola, Congo e Moçambique.

AS INSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS E A SOCIEDADE COLONIAL

Em 1553 começam os famosos movimentos jesuíticos, com José de Anchieta e Nóbrega e as conhecidas experiências de aldeamentos. Havia uma aliança entre os padres jesuítas com o poder colonizador, porém isto não nos pode fazer perder de vista o valor missionário da experiência jesuítica.

Os jesuítas que acompanharam Tomé de Sousa na sua expedição ao Brasil em 1549 se transformarão nos baluartes de defesa da liberdade dos índios, muitas vezes violada pelos colonos em vista da necessidade de braços nas lavouras.

Esses jesuítas foram indiscutivelmente os pioneiros da educação no Brasil. Até 1759, data em que Pombal os expulsou, tiveram eles absoluta liderança no setor da educação. Embora o que mais se ressalte seja a obra catequética e evangelizadora, o ponto mais alto de sua atividade está no campo educacional. Já no século XVI os principais centros urbanos do Brasil, como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, contavam com colégios jesuítas.

Ao lado da formação dos futuros jesuítas, que continuou sendo sempre uma das finalidades dos colégios, o alto nível intelectual desses estabelecimentos de ensino preparou os homens que assumiram a liderança do Brasil colônia.

Os franciscanos tiveram a sua fase de estabelecimento em conventos a partir de 1585, com a criação da custódia de Santo Antônio em Olinda. A partir de 1617, a atenção se volta para o Maranhão, surgindo um novo impulso a partir de 1657, quando a Custódia de Olinda é elevada a província, recebendo da coroa novo missões entre Bahia e Paraíba que conserva até meados do séc. XIX (1863).

Com relação à história dos indígenas no primeiro período colonial, é marcante a sua eliminação nas regiões ocupadas pelo branco. Através de alguns conflitos que surgiram desde o início da evangelização, podemos detectar provas do verdadeiro espírito missionário que animava muitos missionários, como o ocorrido na Paraíba, entre franciscanos e jesuítas, não sendo uma mera discórdia entre clero secular e regular, e sim uma questão de tomada de posição frente ao poder colonial.

Com relação às dioceses, a sua criação durante o período colonial dependia do poder real, sendo muito escassas nessa época. Não corresponderam às exigências do da Igreja do Brasil. O episcopado também tem pouca influência durante o período colonial, limitando a sua atuação, geralmente, a aspectos de jurisdição eclesiástica, e com frequência executando função supletiva de cargos públicos.

A participação no governo político significava alta consideração pela dignidade episcopal, mas implicava num envolvimento profundo nos prelados na política colonialista, passando a serem defensores e porta-vozes, em certo sentido. Mesmo assim, houve bispos que protestaram ou simplesmente não se conformaram com as imposições da metrópole, sendo muitos chamados até Portugal para prestar contas de suas atuações ou afastadas da sede episcopal e exiladas.

Nem mesmo isso permitiu que a estrutura do regime fosse questionada dos bispos ao poder civil se torna mais patente. A Igreja do Brasil teve um caráter predominantemente leigo, por força da instituição do padroado.

Os leigos participavam ativamente nas construções das igrejas, nos atos do culto e na promoção de devoções. Um dado histórico importante ocorrido na época foi o caso da Confederação dos Tamoiós, sendo os fatos ocorridos o seguinte: na conquista da região da Guanabara, atual Rio de Janeiro, os portugueses encontraram entre indígenas tupinambás, goitacazes e aimorés, que se deram o nome de “tamoiós”, que em língua tupi quer dizer: nativos, gente do lugar, velhos da terra. Era uma guerra entre brasileiros nativos, defensores de seu lugar e que tinham consciência do lugar brasileiro, e portugueses novatos, invasores do lugar brasileiro, intrusos.

Dentre os demais efeitos surtidos do episódio e da luta que se travou, este movimento em prol da dignidade humana e da fraternidade perdida pelo sistema colonial formou a religião popular no Brasil.

O povo, que acostumou ser vendido, traído, humilhado e sangrado, não perdeu a sua dignidade, mas transformou os símbolos da religião dos dominadores em símbolos de sua fé em Deus, de sua paciência apesar de tudo, de sua dignidade, em situações de extrema miséria e degradação, de forma que o catolicismo popular, consoante expõe J. B. Lassègue se tornou a expressão mais valiosa do evangelho na realidade brasileira.

Quanto à formação de vocações nativas, é importante destacar que até a expulsão dos jesuítas no ano de 1759, a formação do clero religioso e do clero diocesano esteve nas mãos de grandes ordens religiosas, como os jesuítas, os beneditinos, etc., podendo-se notar durante esse período duas correntes de pensamento a respeito de se cultivar vocações nativas para o sacerdócio.

O primeiro grupo sustenta a impossibilidade da formação de um clero autóctone, alegando o baixo nível cultural, a proclividade para o relaxamento moral e o desprestígio que adviria para o clero mediante a aceitação de elementos indígenas, africanos ou mestiços.

Já o segundo grupo defende a ideia de um clero nativo, alegando que esses elementos teriam melhor compreensão do caráter do povo e de seus costumes, mais facilidade na transmissão evangélica e maior disponibilidade para o trabalho apostólico, além de que ajudaria a romper os vínculos de uma dependência permanente da metrópole. Podemos destacar a atuação dos jesuítas por apresentarem uma séria preocupação com a formação dos futuros sacerdotes, visando dar continuidade ao trabalho de evangelização e catequese dos indígenas.



A ação missionária no litoral brasileiro estava irremediavelmente ligada aos percursos coloniais e por isso entrou em declínio com o estabelecimento da cultura baseada na cana-de-açúcar e em um sentido mais amplo, esta oposição significa a total incompatibilidade entre missão concebida em termos cristãos de fraternidade e implantação de estrutura agrária baseada em termos de escravidão.

E assim a atividade missionária, a partir do final do séc. XVII entra em decadência, dando lugar ao atendimento aos “moradores”, ou seja, aos portugueses aqui residentes, com o surgimento de igrejas, etc..

A vida religiosa, a partir da metade do século XVIII também entra numa fase de crise progressiva. Entre as principais causas está a oposição do Marquês de Pombal aos religiosos em geral e aos jesuítas em particular. Além disso, todo o século XVIII respirava novas ideias do enciclopedismo e do iluminismo, com tendências anticatólicas e antijesuíticas. O resultado foi à expulsão dos jesuítas em 1759.

INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA.

Ocorreu no contexto da ocupação holandesa na região Nordeste do Brasil, em meados do século XVII. Ela representou uma ação de confronto com os holandeses por parte dos portugueses, comandados principalmente por João Fernandes Vieira, um próspero senhor de engenho de Pernambuco. Nessa luta contra os holandeses, os portugueses contaram com o importante auxílio de alguns africanos libertos e também de índios potiguares.

A oposição dos portugueses aos holandeses ocorreu em decorrência da intensificação da cobrança de impostos e também da cobrança dos empréstimos realizados pelos senhores de engenho de origem portuguesa com os banqueiros holandeses e com a Companhia das Índias Ocidentais, empresa que administrava as possessões holandesas fora da Europa.

Outro fato que acirrou a rivalidade entre portugueses e holandeses foi a questão religiosa. Boa parte dos holandeses que estava na região de Recife e Olinda era formada por judeus ou protestantes.

Nesse contexto religioso que trazia as consequências da Reforma e da Contrarreforma para solo americano, o catolicismo professado pelos portugueses era mais um elemento de estímulo para expulsar os holandeses do local.

Os conflitos iniciaram-se em maio de 1645, após o regresso de Maurício de Nassau à Holanda. As tropas comandadas por João Fernandes Vieira receberam o apoio de Antônio Felipe Camarão, índio potiguar conhecido como Poti que auxiliou no combate aos holandeses junto a centenas de índios sob seu comando. Outro auxílio recebido veio do africano liberto Henrique Dias. A Batalha do Monte Tabocas foi o principal enfrentamento ocorrido nesse início da Insurreição. Os portugueses conseguiram infligir uma retumbante derrota aos holandeses, garantindo uma elevação da moral para a continuidade dos conflitos. Além disso, os insurrectos receberam apoio de tropas vindas principalmente da Bahia.

O [Palácio de Friburgo \(1642\)](#), local de residência e de despachos de Maurício de Nassau, foi demolido no século XVIII devido aos danos causados durante a Insurreição Pernambucana. Cercados e isolados pelos rebeldes numa faixa que ficou conhecida como Nova Holanda, indo do Recife a [Itamaracá](#), os invasores começaram a sofrer com a falta de alimentos, o que os levou a atacar plantações de [mandioca](#) nas vilas de [São Lourenço](#), Catuma e Tejucupapo.

Em 24 de abril de 1646, ocorreu a famosa Batalha de Tejucupapo, onde mulheres camponesas armadas de utensílios agrícolas e armas leves expulsaram os invasores holandeses, humilhando-os definitivamente. Esse fato histórico consolidou-se como a primeira importante participação militar da mulher na defesa do território brasileiro.

Com a chegada gradativa de reforços portugueses, os holandeses por fim foram expulsos em [1654](#), na segunda [Batalha dos Guararapes](#). A data da primeira das Batalhas dos Guararapes é considerada o dia da origem do [Exército brasileiro](#)

Outro componente envolvido na Insurreição Pernambucana estava ligado às disputas que havia entre vários países europeus à época. Durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), os espanhóis estavam em confronto com os holandeses pelos territórios dos Países Baixos. Era ainda o período da União Ibérica, em que o Reino Português estava subjogado ao Reino Espanhol.

Nesse sentido, a posição holandesa em relação a Portugal era dúbia. Em solo europeu, os holandeses apoiavam os portugueses contra o domínio espanhol, mas, ao mesmo tempo, ocupavam territórios portugueses na África Ocidental e no Brasil, sendo que além da região pernambucana, os holandeses tentaram ainda conquistar algumas localidades no Maranhão e em Sergipe.

No início de 1648, Holanda e Espanha selaram a paz, e os espanhóis aceitaram entregar aos holandeses as terras tomadas pelos insurrectos portugueses em Pernambuco. Frente a tal situação, o conflito continuou. Em Abril de 1648, ocorreu a primeira Batalha dos Guararapes, em que os holandeses sofreram dura derrota, abrindo caminho para o ressurgimento do domínio português a partir de 1654.

A denominada Insurreição Pernambucana ocorreu no contexto da ocupação holandesa de parte da região Nordeste do Brasil, incluindo a região de Pernambuco. Os holandeses estabeleceram-se nessa região a partir de 1630, no período que em que o Brasil estava sob o jugo do trono espanhol, que estava unido a Portugal desde 1580 no processo conhecido como União Ibérica. As invasões holandesas, que ocorreram em colônias portuguesas na África também, como Angola, foram motivadas pelas divergências com a Espanha que iam desde problemas relacionados com o comércio marítimo até questões religiosas.

A situação dos engenhos de açúcar de Pernambuco, que eram controlados pela Companhia das Índias Ocidentais (empresa holandesa), a partir da década de 1640, começou a apresentar sinais de declínio. Os produtores locais passaram a ficar insatisfeitos com a administração holandesa, que lhes cobrava os dividendos dos lu-



cross a qualquer custo. Alguns senhores de engenho, pressionados pelos holandeses, refugiaram-se na Bahia; outros procuravam eximir-se da dívida de outras formas.

Essa situação chegou a um ponto de saturação no ano de 1645, quando houve a primeira campanha de insurreição, sobretudo porque foi nesse ano que o governador Maurício de Nassau partiu de Pernambuco para a sua terra natal. Os primeiros a comandarem a insurreição de 1645 foram os senhores de engenho do interior de Pernambuco. Depois, logo passaram a ser apoiados pelos senhores de engenho que retornaram da Bahia com o objetivo de reaver as suas terras. Em poucos meses, as tropas conseguiram chegar até Recife.

Posteriormente, os holandeses foram expulsos também de Alagoas e Sergipe. Os principais comandantes das tropas insurgentes foram João Fernandes Vieira, Antônio Felipe Camarão e Henrique Dias, além de vários comandantes que enfrentaram em menor número e com poucos recursos as tropas holandesas.

As batalhas decisivas desenrolaram-se no lugar chamado Montes Guararapes e ficaram conhecidas como Batalhas de Guararapes, ocorridas entre o fim de 1648 e o início de 1649.

A Insurreição Pernambucana foi à revolta dos colonos portugueses e nativistas contra a [invasão holandesa](#) no Nordeste brasileiro, ocorrida no período de 1645 a 1654. Reportemos ao contexto histórico da época e vejamos os fatores que culminaram nesta revolta e, posteriormente, na derrota e expulsão dos holandeses das terras brasileiras, tanto quanto, as consequências dessa rebelião.

Com o início da expansão marítimo-comercial, no século XV, tem-se o processo de descobrimento e colonização das Américas, em que, Portugal foi o país pioneiro nessas atividades, justamente, por sua localização geográfica privilegiada, possuir uma centralização política, e estudos náuticos avançados. Outros países europeus também participaram dessa expansão, como no caso de Espanha, França, Inglaterra e Holanda.

Neste período, a Espanha ainda se via envolvida na Guerra de Reconquista contra os mouros, e também não havia completado sua unificação política, provocando seu atraso na expansão marítima. Somente após esses eventos que o país espanhol pode de fato investir nas navegações rumo à descoberta de novas terras, resultando mais tarde, em rivalidade com Portugal por posse desses novos territórios. E assim, foi decretado, em junho de 1494, o [Tratado de Tordesilhas](#), acordo que determinava a divisão das terras descobertas entre os países ibéricos.

Sendo essa divisão de terras somente entre Portugal e Espanha, países como a França, Inglaterra e Holanda se sentiram prejudicados com este acordo, e passaram atacar as colônias portuguesas e espanholas. França e Inglaterra iniciaram a exploração marítima tardia devido aos conflitos que viviam: Guerra dos Cem Anos (1337-1453), e a Guerra das Duas Rosas (1455-1485), na Inglaterra.

A Holanda também teve sua participação na expansão marítima postergada, pois esta era de domínio espanhol, tendo sua independência proclamada em 1576, com a formação das Províncias Unidas dos Países Baixos.

A União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal vivia sob o domínio espanhol, também foi outro fator que prejudicou a França, Inglaterra e Holanda, pois os espanhóis fecharam os portos ibéricos a esses países. A partir de então, a Holanda começou a invadir as colônias portuguesas e espanholas, conseguindo conquistar o território da atual Suriname, além também de obter terras no continente africano e na Índia.

Em 1621, os holandeses criaram a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), e a primeira tentativa de invasão em solo brasileiro foi em (1624-25), na Bahia; porém acabaram derrotados em 1625. Outro ataque holandês deu-se em uma região menos protegida, em território pernambucano, o que provocou uma forte reação por parte dos colonizadores portugueses e o povo nativista contra a invasão dos holandeses, no ano de 1645.

Por fim, a derrota holandesa aconteceu em 1654, e com isso, despertavam-se os primeiros sentimentos nativistas. No entanto, em decorrência da expulsão dos holandeses das terras brasileiras, estes colonizaram as Antilhas e aumentaram a produção de açúcar com suas técnicas avançadas, gerando uma decadência na produção açucareira no nordeste do Brasil.

Outra consequência dessa expulsão holandesa foi o acordo firmado entre Portugal e Holanda, o chamado [Tratado de Paz de Haia](#) (1661), no qual os holandeses receberiam dos portugueses uma indenização de 4 milhões de cruzados, além das Ilhas Molucas e do Ceilão.

A PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO NO I E II REINADO

O grupo político dos liberais moderados dividiu-se por volta de 1837 nas alas regressista e progressista, formando, a partir de 1840, dois partidos políticos. O Partido Conservador, constituído pelos regressistas e apelidado de Saquarema e o Partido Liberal, formado pelos progressistas e chamado de Luzia.

Luzias e Saquaremas dominaram o cenário político do Segundo Reinado.

Os conservadores defendiam um governo imperial forte e centralizado, enquanto os liberais lutavam por uma descentralização, concedendo certa autonomia às províncias. No entanto, quando conquistavam o poder, liberais e conservadores não apresentavam atitudes muito diferentes.

D. Pedro II formou seu primeiro gabinete com a maioria dos políticos do Partido Liberal que lutaram por sua maioridade. O retorno dos liberais ao governo atçou a rivalidade com os conservadores, acendendo uma disputa violenta entre os dois. Na primeira eleição para a Câmara dos Deputados, os liberais contrataram capangas que distribuíram “cacetadas”, ameaçaram de morte seus adversários políticos e fraudaram a apuração dos votos. Este episódio ficou conhecido como “Eleições do Cacete”.



D. Pedro II substituiu o ministério liberal, em 1841, por um de maioria saquarema. Os conservadores obtiveram, assim, mais força para exigir que o imperador anulasse o resultado das eleições e foram atendidos. Os liberais de São Paulo e Minas Gerais promoveram a *Revolta Liberal de 1842*, contra a centralização promovida pelos saquaremas. As tropas imperiais dominaram a revolta e prenderam seus líderes que foram anistiados em 1844, quando retornaram ao poder.

Em 1847, teve início no Brasil o parlamentarismo. Criou-se o cargo de presidente do Conselho de Ministros que era nomeado pelo imperador. O eleito montava o gabinete ministerial, que, em seguida, era submetido à Câmara dos Deputados para obter o voto de confiança. Se aprovado, o gabinete começava a governar o país; se rejeitado, cabia ao imperador demiti-lo ou dissolver a Câmara, convocando novas eleições.

Ao todo foram 36 gabinetes: 21 liberais e 15 conservadores. Todavia, os conservadores, por serem mais alinhados aos interesses do imperador, permaneceram dez anos a mais no poder.

Em meados do século XIX, a maioria da população urbana vivia em dificuldades econômicas e insatisfeitas com a dominação política local. Isso se devia ao fato de que quase todos os engenhos da região pertenciam a poucas famílias e o comércio estava concentrado principalmente nas mãos de portugueses.

Em 1842, foi criado o Partido da Praia. Seus líderes eram ricos proprietários rurais excluídos dos acordos políticos entre liberais e conservadores. Insatisfeitos com essa situação uniram-se a liberais exaltados, que defendiam uma igualdade social. Em 1848, os conservadores demitiram o governador de Pernambuco (liberal). Diante desta ação, os praieiros iniciaram o movimento e divulgaram o Manifesto ao Mundo, cujas principais propostas eram: voto livre e universal para o povo brasileiro (fim do voto censitário); plena liberdade de imprensa; garantia de trabalho para o cidadão brasileiro; extinção do Poder Moderador; exercício do comércio a varejo só para brasileiros; garantia dos direitos individuais do cidadão; estabelecimento da federação.

A luta armada não durou um ano. Contando com apenas 2 mil homens, os praieiros não resistiram à repressão imperial. Assim, chegava ao fim o conjunto de revoltas que sucederam a independência do Brasil. Afastadas as ideias separatistas, o governo imperial consolidou a unidade territorial do país. A maioria da população brasileira, no entanto, continuou afastada da participação no poder político.

PERNAMBUCO NO CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL; MOVIMENTOS LIBERAIS:

A Revolução Pernambucana foi um movimento social (revolta) de caráter emancipacionista ocorrido em Pernambuco no ano de 1817. É considerado um dos mais importantes movimentos de caráter revolucionário do período colonial brasileiro, causado pela insatisfação popular com a chegada e funcionamento da corte por-

tuguesa no Brasil, desde o ano de 1808. O questionamento maior era com relação a grande quantidade de portugueses nos cargos públicos; insatisfação com impostos e tributos criados no Brasil por D. João VI a partir da chegada da corte portuguesa ao Brasil; influência dos ideais iluministas, principalmente os que criticavam duramente as estruturas políticas da monarquia absolutista.

Os ideais da Revolução Francesa, “liberdade, igualdade e fraternidade”, ecoavam em solo pernambucano, principalmente entre os maçons;

Significativa crise econômica que abatia a região, atingindo, principalmente, as camadas mais pobres da população pernambucana. A crise era provocada, principalmente, pela queda nas exportações de açúcar, principal produto da região; fome e miséria, que foram intensificadas com a seca que atingiu a região em 1816.

O movimento social pernambucano tinha como objetivo principal a conquista da independência do Brasil em relação a Portugal. Queriam implantar um regime republicano no Brasil e elaborar uma Constituição. Quando soube da organização da revolta o governador de Pernambuco ordenou a prisão dos envolvidos. Porém, os revoltosos resistiram e prenderam o governador.

Após dominar a cidade de Recife, os revoltosos implantaram um governo provisório. Para conquistar o apoio popular, o governo provisório abaxou impostos, libertou presos políticos e aumentou o salário de militares.

Os rebeldes enviaram emissários para outras províncias do norte e nordeste para derrubar os governos e ampliar a revolução. Porém, sem apoio popular significativo, estes movimentos não avançaram.

Preocupado com a possibilidade de ampliação da revolta para outras províncias, D. João VI organizou uma forte repressão militar contra os rebeldes de Pernambuco. As tropas oficiais cercaram Recife. Os embates duraram 75 dias, resultando na derrota dos revoltosos. Os líderes foram presos e condenados à morte.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR E REVOLUÇÃO PRAIEIRA

A Confederação do Equador foi um movimento político e revolucionário ocorrido na região Nordeste do Brasil em 1824. O movimento teve caráter emancipacionista e republicano. Ganhou este nome, pois o centro do movimento ficava próximo a Linha do Equador. A revolta teve seu início na província de Pernambuco, porém, espalhou-se rapidamente por outras províncias da região (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba).

Em Pernambuco, centro da revolta, o movimento teve participação das camadas urbanas, elites regionais e intelectuais. A grande participação popular foi um dos principais diferenciais deste movimento.

Forte descontentamento com centralização política imposta por D. Pedro I, presente na Constituição de 1824; - Descontentamento com a influência portuguesa na vida política do Brasil, mesmo após a independência;



A elite de Pernambuco havia escolhido um governador para a província: Manuel Carvalho Pais de Andrade. Porém, em 1824, D. Pedro I indicou um governador de sua confiança para a província: Francisco Paes Barreto. Este conflito político foi o estopim da revolta.

Convocação de uma nova Assembleia Constituinte para elaboração de uma nova Constituição de caráter liberal; diminuir a influência do governo federal nos assuntos políticos regionais; acabar com o tráfico de escravos para o Brasil; organizar forças de resistências populares contra a repressão do governo central imperial; formação de um governo independente na região.

Sob o comando do almirante britânico Thomas Cochrane, as forças militares do império atuaram com rapidez e força para colocar fim ao movimento emancipacionista. Um dos principais líderes, Frei Caneca, foi condenado ao fuzilamento. Padre Moróró, outra importante liderança, foi executado a tiros. Outros foram condenados à prisão como foi o caso do jornalista Cipriano Barata. Muitos revoltosos fugiram para o sertão e tentaram manter o movimento vivo, porém o movimento perdeu força no mesmo ano que começou.

A Conspiração dos Suaçunas, também conhecida por sua grafia arcaica – Conspiração dos Suassunas, foi uma tentativa de revolta em Olinda no alvorecer do século XIX.

Influenciada pelas idéias do Iluminismo e pela Revolução Francesa (1789), algumas pessoas, entre as quais Manuel Arruda Câmara - membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro -, em 1796, fundaram a primeira loja maçônica do Brasil, Areópago de Itambé, localizada no município pernambucano de Itambé, da qual não participavam europeus.

As mesmas idéias também eram discutidas por padres e alunos do Seminário de Olinda, fundado pelo bispo dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho em 16 de fevereiro de 1800. Esta instituição teve, entre os seus membros, o padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (padre Miguelinho), um dos futuros implicados na revolução pernambucana de 1817.

Pernambuco esperava que a primeira Constituição do Império seria do tipo federalista, e daria autonomia para as províncias resolverem suas questões.

Como punição a Pernambuco, D. Pedro I determinou, através de decreto de 07/07/1825, o desligamento do extenso território da Comarca do Rio São Francisco (atual Oeste Baiano), passando-o, inicialmente, para Minas Gerais e, depois, para a Bahia.

REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Dentre as várias revoltas ocorridas durante o [Brasil Império](#), esta foi a última. Ganhou o nome de praieira, pois a sede do jornal comandado pelos liberais revoltosos (chamados de praieiros) localizava-se na Rua da Praia.

Em meados do século XIX, a maioria da população urbana vivia em dificuldades econômicas e insatisfeitas com a dominação política local. Isso se devia ao fato de que quase todos os engenhos da região pertenciam a poucas famílias e o comércio estava concentrado principalmente nas mãos de portugueses.

Em 1842, foi criado o Partido da Praia. Seus líderes eram ricos proprietários rurais excluídos dos acordos políticos entre liberais e conservadores. Insatisfeitos com essa situação uniram-se a liberais exaltados, que defendiam uma igualdade social.

Em 1848, os conservadores demitiram o governador de Pernambuco (liberal). Diante desta ação, os praieiros iniciaram o movimento e divulgaram o Manifesto ao Mundo, cujas principais propostas eram: voto livre e universal para o povo brasileiro (fim do voto censitário); plena liberdade de imprensa; garantia de trabalho para o cidadão brasileiro; extinção do Poder Moderador; exercício do comércio a varejo só para brasileiros; garantia dos direitos individuais do cidadão; estabelecimento da federação.

A luta armada não durou um ano. Contando com apenas 2 mil homens, os praieiros não resistiram à repressão imperial. Assim, chegava ao fim o conjunto de revoltas que sucederam a independência do Brasil. Afastadas as ideias separatistas, o governo imperial consolidou a unidade territorial do país. A maioria da população brasileira, no entanto, continuou afastada da participação no poder político.

Em 1848 o Senado brasileiro era dominado por senadores do Partido Conservador. Os senadores conservadores vetaram a indicação, para uma cadeira do Senado, do liberal pernambucano Antônio Chinchorro da Gama. Este veto provocou uma revolta em determinado grupo de políticos liberais de Pernambuco. Os pernambucanos também estavam insatisfeitos com a falta de autonomia política das províncias e concentração de poder nas mãos da monarquia.

Os políticos liberais revoltosos ganharam o apoio de várias camadas da população, principalmente dos mais pobres, que viviam oprimidos e sofriam com as péssimas condições sociais. Os praieiros chegaram a tomar a cidade de Olinda.

Em 1 de janeiro de 1849, divulgaram o Manifesto ao Mundo. Neste documento, os praieiros reivindicavam:

- Independência dos poderes e fim do poder Moderador (exclusivo do monarca);
- voto livre e universal;
- nacionalização do comércio de varejo;
- liberdade de imprensa;
- reforma do Poder Judiciário;
- federalismo;
- fim da lei do juro convencional;
- fim do sistema de recrutamento militar como existia naquela época.

A rebelião foi derrotada pelas forças oficiais no começo de 1850. Muitos revoltosos foram mortos durante os combates com as forças oficiais. Os líderes e demais participantes foram presos e julgados, embora tenham sido anistiados no ano seguinte.

Revolução Pernambucana

A chamada Revolução Pernambucana, também conhecida como “Revolução dos Padres”, eclodiu em 6 de março de 1817 na então Província de Pernambuco.

Dentre as suas causas, destacam-se a crise econômica regional; Pernambuco outrora, havia sido a capitania mais rica da colônia, o absolutismo monárquico português e a influência das idéias Iluministas, propagadas pelas sociedades maçônicas.

O movimento iniciou com ocupação do Recife, em 6 de março de 1817. No regimento de artilharia, o capitão José de Barros Lima, conhecido como Leão Coroado, reagiu à voz de prisão e matou a golpes de espada o comandante Barbosa de Castro. Depois, na companhia de outros militares rebelados, tomou o quartel e ergueu trincheiras nas ruas vizinhas para impedir o avanço das tropas monarquistas.



O governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro refugiou-se no Forte do Brum, mas cercado, acabou-se rendendo. O movimento foi liderado por Domingos José Martins, com o apoio de Antônio Carlos de Andrada e Silva e de Frei Caneca. Tendo conseguido dominar o Governo Provincial, se apossaram do tesouro da província, instalaram um governo provisório e proclamaram a República.

Em 1848 o Senado brasileiro era dominado por senadores do Partido Conservador. Os senadores conservadores vetaram a indicação, para uma cadeira do Senado, do liberal pernambucano Antônio Chinchorro da Gama. Este veto provocou uma revolta em determinado grupo de políticos liberais de Pernambuco. Os pernambucanos também estavam insatisfeitos com a falta de autonomia política das províncias e concentração de poder nas mãos da monarquia.

Os políticos liberais revoltosos ganharam o apoio de várias camadas da população, principalmente dos mais pobres, que viviam oprimidos e sofriam com as péssimas condições sociais. Os praieiros chegaram a tomar a cidade de Olinda.

O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS PARA TERRAS PERNAMBUCANAS:

Recife foi o quinto maior centro organizado de tráfico transatlântico de escravos do mundo. Período do tráfico de escravos para Pernambuco (de 560 a 1851) desembarcaram nessa região 61.800 escravos em 183 viagens realizadas. Desembarcaram 853.833 africanos nessa região conduzidos em 1.376 viagens realizadas a imigração de mão de obra para Pernambuco no século XIX, quando 30% do total de escravos desembarcaram na região, houve uma etapa de dificuldades econômicas que se iniciara com a decadência do ouro e ascensão do café: na segunda metade do século XIX o Brasil iniciou uma etapa de crescimento após três quartos de século de estagnação e provavelmente de retrocesso em sua renda per capita. Não somente o Brasil, mas, especificamente, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais também parecem ter sofrido estagnação econômica, respectivamente.

Não existem evidências de trabalho africano nos primeiros engenhos da capitania de Pernambuco. Alguns estudos indicam que a “africanização” dos trabalhos forçados nos engenhos da região procedeu rápido após 1560, mas dois terços do trabalho forçado ainda eram indígenas em 1580, a “africanização” apenas tornou-se completa.

A mão de obra negra era empregada no cultivo da cana, mais comum na Zona da Mata, extensa área próxima da costa com clima quente e úmido, na criação de animais no Sertão, região mais a oeste em Pernambuco e de clima semiárido que abastecia com essa criação a área açucareira. Também era utilizada no Agreste, região intermediária entre Zona da Mata e Sertão.

No Agreste, foi desenvolvida a pecuária e diversas culturas alimentares; o algodão também se fez presente nessa região a partir da segunda metade do século XVIII. Apesar de a mão de obra negra ter sido empregada em todas essas regiões de Pernambuco, a literatura clássica tende a concentrar o emprego desta mão de obra na Zona da Mata.

A mão de obra cativa em Pernambuco não estava alocada na Zona da Mata, portanto não estavam ligados à indústria açucareira. Muitos cuidavam do gado, eram escravos de ganho- realizavam tarefas remuneradas, entregando ao senhor uma quota diária do pagamento recebido- e desenvolviam atividades variadas como: carpintaria, artesanato, trabalhos domésticos, por exemplo.

Ao longo de todo o período do tráfico para Pernambuco, a média de escravos desembarcados por navio girou em torno de 312. Já para o período de 1788 a 1851, como o período do declínio do açúcar e início do café, a média foi um pouco maior: 327,12 escravos por navio.

Os navios que desembarcavam em Pernambuco, foram diminuindo de tamanho e a década de quarenta teria sido o apogeu das pequenas embarcações. No período do tráfico ilegal para o Brasil, houve um declínio na utilização de navios enormes, comuns no século XVIII, com mais de mil escravos a bordo. A estratégia de utilização de navios menores estaria ligada a vantagem de aproximação da costa no momento de desembarque, uma operação, na época, de risco e o tempo de viagem seria menor com embarcações diminutas dado que o tempo de espera nos portos africanos para que a carga ficasse completa para a travessia seria reduzido.

Dessa forma, há um crescimento, em média, do número de escravos transportados e da tonagem das embarcações, no século XIX. Tal crescimento só pode estar relacionado com uma demanda crescente de mão de obra para execução de variados tipos de trabalho numa economia aquecida.

Outro motivo para o crescimento é a expectativa dos traficantes em, ao desembarcar um número maior de cativos, auferirem lucros ainda maiores. Por último, também é plausível especular que a expectativa do fim do tráfico pode ter funcionado como estímulo ao desembarque de um volume maior de escravos nos portos.

Houve um aumento significativo do preço dos escravos em Pernambuco em 1830-1845 e, especialmente, durante a década de 1850. Ora, o fato dos escravos estarem valendo mais teria estimulado um desembarque mais volumoso por viagem realizada.

A média de escravos desembarcados por ano, para todo o período do tráfico, foi de 2.934,13 apesar de ter existido 8 anos em que nenhum escravo desembarcou nessa região, todos no século XVII, e, por outro lado, o ano de 1810 ter sido o ano de maior movimentação no porto do Recife: 11.518 desembarcados. Dessa forma, conclui-se que a quantidade de africanos conduzidos a Pernambuco ao longo dos anos de vigência do tráfico foi bem heterogênea.

Ao todo, estima-se que desembarcaram 853.833 africanos durante o período de vigência do tráfico e 260 mil, ou 30%, entre 1801 e 1850, perfazendo uma média de 5 mil desembarcados por ano. Comparativamente, nos séculos XVII e XVIII a média era de



2.500 e 3.300 por ano, respectivamente. É devido a esse vultoso acréscimo de recente estudo sobre o tráfico atlântico destaca que no final da segunda década do século XIX houve um aumento na importação de escravos na América portuguesa, motivada pela capacidade de aquisição dos produtores do sudeste e pela perspectiva de proibição da atividade negreira.

Em Pernambuco, algo parecido com a “crise de oferta africana” também aconteceu: houve um aumento no número de desembarcados nos anos próximos ao fim do tráfico causado pelo aumento da capacidade de aquisição dos produtores pernambucanos, favorecida pela conjuntura macroeconômica e também pela expectativa da proibição do tráfico.

A partir de 1810, a Coroa portuguesa assinou uma série de tratados com a Grã-Bretanha visando a abolição do tráfico atlântico de escravos. Em 23 de novembro de 1826, foi assinado um tratado que estipulava um prazo de três anos para o Império de o Brasil decretar a extinção do tráfico atlântico. Tal resolução foi adotada a partir de 13 de março de 1830 e através da Lei de 7 de novembro de 1831.

Segundo a qual foram declarados livres todos os escravos que entrassem no território e portos do Brasil e o tráfico foi designado como pirataria devendo, portanto, ser combatido. A Lei antitráfico de 1831 foi invocada nos tribunais brasileiros e apropriada pelos escravos, seus representantes e por juízes abolicionistas para sustentar ações de liberdade e constituiu-se em tema central de uma série de debates no Senado do Império quanto a sua vigência. Contudo, ela teve pouca ou nenhuma efetividade no combate à importação de escravos africanos: o tráfico negreiro permaneceu ativo e foi definitivamente encerrado apenas em 1850, através da chamada “Lei Eusébio de Queiroz”.

A partir de 1831 há uma queda acentuada no número de escravos desembarcados, isso provavelmente está associado ao fato dos traficantes tentarem não deixar vestígios da atividade, que passara a ser ilegal a partir dessa data. Também há um declínio no número de viagens realizadas para Pernambuco a partir de 1831.

Dessa forma, podemos supor que não apenas os traficantes passaram a maquiagem a quantidade de escravos conduzidos em seus navios, mas também a não mais registrar suas viagens.

Com relação aos preços dos escravos em Pernambuco, eles são crescentes durante a década de 30, e é de supor que os obstáculos ao tráfico, após sua proibição legal em 1831, aumentassem os custos da importação de africanos:

Por último, seria importante destacar que no período de vigência do tráfico no Brasil (1560-1856) desembarcaram aproximadamente 4 milhões e 800 mil africanos no país sendo que 2 milhões, ou 40%, desembarcaram no período de 1801 a 1850. Em Pernambuco acontece algo semelhante. O fato de o volume de importação de escravos serem bem mais expressivo no século XIX, comparativamente aos séculos anteriores, sugere que as atividades econômicas estavam aquecidas visto que o aumento no número de desembarcados não pode ser explicado pelo tráfico interno de escravos.

Esse aumento no tamanho dos navios corrobora a ideia de que a demanda por mão de obra era crescente no período analisado, e, portanto, com a ideia de que a economia estava aquecida, pois só com o crescimento produtivo há necessidade de crescimento do insumo de trabalho. Esse insumo produtivo estava sendo, crescentemente, demandado em Pernambuco, não podia essa mesma região se encontrar em estagnação econômica.

Por último, observa-se que a produção do açúcar e do algodão estava firme na primeira metade do século XIX. Isso também corrobora a tese de que as atividades econômicas estavam aquecidas e embasa os argumentos da rejeição da tese de que a estagnação econômica entre a decadência do ouro e a ascensão do café se aplica à economia pernambucana. Implícita na argumentação dessa tese está a hipótese de que o crescimento econômico dependia, basicamente, da integração regional ao comércio mundial.

COTIDIANO E FORMAS DE RESISTÊNCIA ESCRAVA EM PERNAMBUCO:

A Capitania de Pernambuco, que abrangia os atuais estados de Pernambuco e de Alagoas, parte de Minas Gerais e da Bahia, contou com a presença do negro desde o final do século XVI. Naquele período, os portugueses introduziram a cultura da cana-de-açúcar na região, utilizando-se da mão de obra escrava de origem indígena e africana.

Os engenhos multiplicaram-se rapidamente e a produção de açúcar tornou-se a principal atividade econômica da colônia. O número de cativos de origem africana também cresceu bastante naquela Capitania. Em 1584, 15 mil escravos labutavam em pelo menos 50 engenhos. Este número subiu para 20 mil escravos em 1600. Já na metade do século XVII a população escrava somava entre 33 e 50 mil pessoas (Funari, 1996:31).

Nessa época, quando a capitania de Pernambuco era disputada por holandeses e portugueses, surgiu em uma região hoje localizada no estado de Alagoas, o quilombo que é símbolo da resistência à escravidão no Brasil: [Palmares](#). Palmares foi a maior rebelião contra a escravidão na América portuguesa. Tal quilombo promoveu assaltos a engenhos e povoações, incitou fugas em massa e resistiu por um século à repressão das autoridades coloniais.

O mocambo provocou tamanha inquietação na elite que a própria monarquia portuguesa tentou, por diversas vezes, negociar com os rebeldes, propondo-lhes a alforria. Mas foi apenas lançando mão de um exército de 6 mil homens que o quilombo foi aniquilado, nos últimos anos do século XVII. Após ser destruído, Palmares continuou a existir, como o símbolo de uma ameaça, para a elite da capitania de Pernambuco.

O medo que os colonizadores sentiam ao pensar na possibilidade de que outro Palmares pudesse existir levou senhores e autoridades de toda a colônia a buscar formas de reprimir os cativos em caso de fuga. Em função disso, os *capitães-do-mato*, homens livres cuja profissão era capturar escravos fugidos, foram se tornando cada vez mais comuns.



Diversas milícias foram criadas, de forma temporária ou permanente, com o objetivo de destruir mocambos. O aumento gradativo das forças de violência sobre os escravos não impediu, porém, que outros quilombos surgissem. Um deles foi [Catucá](#), mocambo localizado em Pernambuco nas primeiras décadas do século XIX.

A escravidão foi um dos pilares sobre os quais se estruturou a sociedade brasileira, sendo que essa forma de organização da força de trabalho foi utilizada durante mais de três séculos nos períodos coloniais e imperiais da história do país. A utilização de força de trabalho escrava ocorreu de modo extremamente violento, desde a captura das pessoas no continente africano até o trabalho nas fazendas, minas e cidades no Brasil.

As formas de resistência dos escravos no Brasil manifestaram-se diversamente, representando uma luta contra o sistema escravista e conformando uma prática social e cultural que se desenvolveu no país ao longo dos séculos. Toda essa luta está presente na constituição da sociedade brasileira.

Proporcionam a verificação, através de imagens, das condições de trabalho e punição a que estavam submetidos os cativos, os mercados de escravos, os trabalhos cotidianos nas áreas urbanas e rurais, além das manifestações culturais, religiosas e comemorativas etc.

CRISE DA LAVOURA CANAVIEIRA:

A produção de açúcar em terras brasileiras foi a melhor forma encontrada pelos portugueses para compensar economicamente os esforços em proteger a colônias de ameaças estrangeiras. A economia açucareira teve início no litoral e foi bastante lucrativa, pois o produto era bastante consumido nos países europeus. A cultura da [cana-de-açúcar](#) ainda deu aos colonizadores, a possibilidade de organização do cultivo permanente do solo. Com isso, houve o início do povoamento da colônia de uma maneira sistemática.

A economia açucareira já estava superando os lucros que Portugal ganhava com o [pau-brasil](#). O motivo foi a expansão rápida do plantio da cana em regiões onde as condições eram muito favoráveis. Para o desenvolvimento da agricultura canavieira eram necessários chuvas e clima quente; e o Brasil contava com tudo isso. O solo de massapé, presente no litoral do [Nordeste](#) do Brasil também foi fundamental para o cultivo. Mas esta não foi a primeira experiência portuguesa com a produção de açúcar. Eles há muito tempo, já plantavam cana-de-açúcar na Ilha da Madeira e nos Açores.

Os holandeses também tiveram participação fundamental na economia açucareira do Brasil. Foram eles que controlaram a distribuição e o comércio, transportando e refinando a matéria prima para o consumo na Europa. No fim das contas, foram os holandeses que obtiveram mais lucros com o negócio: enquanto os lusos produziam e lucravam pouco, eles comercializavam obtendo uma margem de lucro mais significativa.

Com o agrupamento de colonizadores em torno das grandes propriedades rurais de produção agrícola, houve o início dos engenhos – locais onde a cana era produzida. Naquela época, o [engenho de açúcar](#) representava nobreza e prestígio das famílias do Brasil Colônia. Os proprietários eram os famosos senhores de engenho, pessoas que tinham autoridade além do limite de suas terras e submetiam todos os que estivessem próximos a seus mandos e desmandos.

Além dos senhores de engenho, a sociedade da economia açucareira ainda contava com trabalhadores assalariados, escravos, padres, profissionais liberais, feitores, mestres de açúcar, purgadores e agregados.

Com o passar do tempo, a produção do açúcar foi considerada o principal motor da economia da colônia. Apesar de ter passado por várias crises no Nordeste, continuou como a principal forma de cultivo colonial. Foi tão importante para o desenvolvimento do país que se manteve até o início do século XIX, ditando as formas de utilização da terra e as relações entre os trabalhadores.

A PARTICIPAÇÃO DOS POLÍTICOS PERNAMBUCANOS NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO/ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA:

Movimento social e político ocorrido entre 1870 e 1888, que defendia o fim da escravidão no Brasil. Termina com a promulgação da Lei Áurea, que extingue o regime escravista originário da colonização do Brasil. A escravidão havia começado a declinar com o fim do tráfico de escravos em 1850. Progressivamente, imigrantes europeus assalariados substituem os escravos no mercado de trabalho.

Mas é só a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870) que o movimento abolicionista ganha impulso. Milhares de escravos que retornam da guerra vitoriosos, muitos até condecorados, se recusam a voltar à condição anterior e sofrem a pressão dos antigos donos. O problema social torna-se uma questão política para a elite dirigente do Segundo Reinado. Lei do Ventre Livre

O Partido Liberal, de oposição, compromete-se publicamente com a causa, mas é o gabinete do visconde do Rio Branco, do Partido Conservador, que promulga a primeira lei abolicionista, a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. De poucos efeitos práticos, ela dá liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir dessa data, mas os mantém sob a tutela de seus senhores até atingirem a idade de 21 anos. Em defesa da lei, o visconde do Rio Branco apresenta a escravidão como uma “instituição injuriosa”, que prejudica, sobretudo, a imagem externa do país.

Campanha abolicionista Em 1880, políticos e intelectuais importantes, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, cria, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que estimula a formação de dezenas de agremiações semelhantes pelo país. Da mesma forma, o jornal O Abolicionista e o manifesto O Abolicionismo, de Nabuco, e a Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, servem de modelo a outras publicações antiescravistas.



Advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e parlamentares engajam-se no movimento e arrecadam fundos para pagamento de cartas de alforria, documento que concedia liberdade ao escravo. O país é tomado pela causa abolicionista. Em 1884, o Ceará antecipa-se e decreta o fim da escravidão em seu território. Lei dos Sexagenários A decisão cearense aumenta a pressão da opinião pública sobre as autoridades federais. Em 1885, o governo cede mais um pouco e promulga a Lei Saraiva-Cotegipe. Conhecida como Lei dos Sexagenários, ela liberta os escravos com mais de 60 anos, mediante compensações a seus proprietários.

A lei não apresenta resultados significativos, já que poucos cativos atingem essa idade e os que sobrevivem não têm de onde tirar o sustento sozinho. Os escravizados, que sempre resistiram ao cativeiro, passam a participar ativamente do movimento, fugindo das fazendas e buscando a liberdade nas cidades. No interior de São Paulo, liderados pelo mulato Antônio Bento e seus caifazes (nome tirado de uma personalidade bíblica, o sumo-sacerdote judeu Caifaz), milhares deles escapam das fazendas e instalam-se no Quilombo do Jabaquara, em Santos.

A esta altura, a campanha abolicionista mistura-se à republicana e ganha um reforço importante: o Exército. Descontentes com o Império, os militares pedem publicamente para não mais ser utilizados na captura dos fugitivos. Do exterior, sobretudo da Europa, chegam apelos e manifestos favoráveis ao fim da escravidão. Lei Áurea Em 13 de maio de 1888, o governo imperial rende-se às pressões, e a princesa Isabel assina a Lei Áurea, que extingue a escravidão no Brasil. A decisão desagrada aos fazendeiros, que exigem indenizações pela perda de seus “bens”. Como não as conseguem, aderem ao movimento republicano como forma de pressão. Ao abandonar o regime escravista e os proprietários de escravos, o Império perde a última coluna de sustentação política.

O fim da escravatura, porém, não melhora a condição social e econômica dos escravos. Sem formação escolar nem profissão definida, para a maioria deles a simples emancipação jurídica não muda sua condição subalterna, muito menos ajuda a promover sua cidadania ou ascensão social. Fonte: [br.geocities.com/Abolição da Escravatura no Brasil](http://br.geocities.com/Abolição_da_Escravidura_no_Brasil) Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. A lei marcou a extinção da escravidão no Brasil, o que levou à libertação de 750 mil escravos, a maioria deles trazidos da África pelos portugueses. A assinatura da lei foi consequência de um longo processo de disputas. Logo antes da elaboração do deputado conservador João Alfredo, muitas manifestações pedindo a libertação dos escravos já ocupavam as ruas, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

Na verdade, os escravos já estavam mobilizados em torno desta causa havia muitos anos. Um dos primeiros ícones da luta pela libertação dos escravos, considerado o mais importante até hoje, foi o movimento do Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares. Escravos fugidos ou raptados de senzalas eram levados para o território, que chegou a ter 200 quilômetros de largura, em um terreno que hoje corresponde ao estado de Alagoas, parte de Sergipe e de Pernambuco. O movimento, iniciado por volta de 1590, só foi derrotado cerca de 100 anos depois, em 1694. Um ano depois, Zumbi, traído por um homem de sua confiança, foi assassinado.

A data de sua morte, 20 de novembro, é muito comemorada pelo movimento negro e foi oficializada como o Dia Nacional de Denúncia contra o racismo. Mas o começo da liberdade ainda demoraria em acontecer Os primeiros passos, antes da Lei Áurea, foram a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1884).

A primeira estabelecia que os filhos de escravos ficassem sob os cuidados do senhor de suas mães até 8 anos. Depois, o senhor poderia libertá-los e receber indenização ou usar seus trabalhos até os 21 anos, depois eles estariam livres. A segunda dizia que os escravos estariam livres quando completassem 60 anos. Mas antes da liberdade total, deveriam trabalhar 5 anos de graça como indenização aos senhores pelos gastos com a compra deles. Só então é que veio a Lei Áurea.

Mas mesmo depois da lei, os escravos batalharam bastante para sobreviver, porque não tinham emprego, nem terras, nem nada. Muitos deles arranjaram empregos que pagavam pouco porque era tudo que os brancos lhes ofereciam. Os movimentos de consciência negra surgem como forma de protestar contra esta desigualdade social e contra o preconceito racial. Hoje, 13 de maio é o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. É compromisso de todo mundo lutar por um mundo mais justo, e está incluída aí a justiça racial. Todos os seres humanos merecem respeito carinhoso e atenção, independentemente da cor da sua pele. Isto significa que você deve tratar bem todos os seus colegas e seus conhecidos, não importam se ele é branco, negro ou oriental. Leis Abolicionistas 1815 - Tratado anglo-português, na qual Portugal concorda em restringir o tráfico ao sul do Equador; 1826 - Brasil compromete em acabar com o tráfico dentro de 3 anos 1831 - Tentativa de proibição do tráfico no Brasil, sob pressão da Inglaterra. 1838 - abolições da escravidão nas colônias inglesas 1843 - os ingleses são proibidos de comprar e vender escravos em qualquer parte do mundo 1845 -

A Inglaterra aprova o Bill Aberdeen, que da a Inglaterra o poder de apreender os navios negreiros com destino ao Brasil 1850 - É aprovada sob pressão inglesa a lei Eusébio de Queirós, que proíbe o tráfico negreiro no Brasil 1865 - A escravidão é abolida nos Estados Unidos (13a. emenda Constitucional) 1869 - Manifesto Liberal propõe a emancipação gradual dos escravos no Brasil 1871 - Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco 1885 - Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe 1888 - Lei Áurea.

O fim da escravidão no Brasil foi um processo lento e gradual ocupando praticamente todo o Século XIX. Após a independência em 1822, a Inglaterra pressionou o governo brasileiro que se compromete a acabar com o tráfico em 3 anos. Em 1850 o país cedeu a pressão inglesa e proibiu o tráfico. A Inglaterra admitia o escravismo em suas colônias produtoras de gêneros de consumo. Não podia, contudo, aceitar o monopólio dessas regiões sobre o mercado metropolitano de açúcar, na medida em que assegurava mercado estável e preços elevados a essas colônias, além de obrigar os industriais a pagar maiores salários aos trabalhadores. Os gêneros agrícolas de outras regiões não podiam ser comercializados livremente no reino britânico e, com isso, os industriais não conseguiam vender seus produtos a essas regiões que só podiam pagar em gêneros agrícolas.

Na luta contra a escravidão, algumas pessoas se destacam por sua dedicação à causa Joaquim Nabuco Nascido no Recife, Pernambuco, em 19 de agosto de 1849, Joaquim Nabuco desde cedo conviveu com a dura realidade dos escravos. Na infância, o menino de família aristocrata se alfabetizara junto com os filhos dos escravos numa escolinha construída pela madrinha. Estudou Direito em São Paulo e Recife, escreveu poemas, era um patriota. Foi colega de Castro Alves e de Rui Barbosa. O tema da escravidão estava presente em sua obra literária desde seu primeiro trabalho, nunca publicado, chamado “A escravidão”. Porém, teve sucesso quando, em 1883, publicou “O Abolicionismo”, durante período em que esteve em Londres.



Quando retornou ao Brasil, seguiu carreira política. Foi um grande parlamentar, um excelente orador. Fez uso de seu reconhecido talento público para lutar pela causa abolicionista, junto com José do Patrocínio, Joaquim Serra e André Rebouças. É interessante observar que Nabuco era a favor da monarquia e ainda assim serviu fielmente à República como diplomata em Londres e Washington, após o fim do Império. Joaquim Nabuco afirmava que a escravidão no Brasil era “a causa de todos os vícios políticos e fraquezas sociais; um obstáculo invencível ao seu progresso; a ruína das suas finanças, a esterilização do seu território; a inutilização para o trabalho de milhões de braços livres; a manutenção do povo em estado de absoluta e servil dependência para com os poucos proprietários de homens que repartem entre si o solo produtivo”.

PERNAMBUCO REPUBLICANO:

O movimento deflagrado em Pernambuco no ano de 1817 coincidiu com o período da expansão das idéias liberais no mundo ocidental. Estas idéias se difundiram também em várias províncias brasileiras, circulando clandestinamente em ambientes onde se discutiam assuntos relativos à política e planos para a implantação de um regime republicano. Falar contra a monarquia e contra o governador régio Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1804-1817) era uma prática comum em certos círculos pernambucanos nas primeiras décadas do século XIX. Uma quadra cantada à época dizia que ele era “Caetano no nome, pinto na falta de coragem, monte na altura e negro nas ações”. Apesar de ser debatida por pequenos grupos de letrados, a própria noção de independência já existia bem antes da revolução, ganhando mais força após sua repressão.

Quando o ouvidor da Comarca do Sertão tomou conhecimento das reuniões dos insurgentes, apressou-se em denunciá-las ao governador. Este, depois de ouvir outras pessoas que confirmaram a informação, ordenou a captura dos líderes do movimento. Por ocasião da prisão de alguns militares apontados como participantes da conspiração houve pancadaria e mortes, precipitando a rebelião. No Forte das Cinco Pontas, um brigadeiro português foi morto pelo capitão José de Barros Lima, o Leão Coroado, no momento de prender seus comandados. Um ajudante-de-ordens teve igual destino quando tentava entrar no quartel do Paraíso.

Era o dia 6 de março de 1817, e a revolução ganhava as ruas. O governador, ouvindo os tiros e temendo pela própria sorte, fugiu do palácio e pediu abrigo no Forte do Brum. Sem demonstrar grande resistência, Caetano Pinto aceitou um ultimato que exigia que as tropas estacionadas naquele forte se unissem às forças revolucionárias, que estas forças entrassem no forte e tomassem posse dele, e que o governador se retirasse da província. Caetano Pinto acatou as exigências sem grandes dificuldades, sendo em seguida conduzido a uma embarcação que se dirigiu ao Rio de Janeiro, onde foi preso na Ilha das Cobras, acusado de indolente pela falta de punho e por não ter tido a capacidade de debelar a crise antes que ela chegasse às ruas.

Controlado o Recife no dia 7 de março, tratou-se de cuidar da formação do governo da província. Aliás, havia ali certa confusão, uma vez que não se sabia quem detinha a autoridade. Com a divulgação da notícia da vitória dos rebeldes, muita gente saiu às ruas e se concentrou na Praça do Erário, na esperança de participar da escolha do governo. Nesse momento, Domingos José Martins entrou no edifício do Erário com a intenção de organizar o eleitorado que iria escolher a nova administração. Em seguida, por meio de um proclama que percorreu as ruas recifenses, foram anunciados os nomes dos membros do governo provisório. Esse era composto por uma junta, inspirada no diretório francês de 1795, formada por cinco pessoas, todas representando a classe dominante: Manuel Correia de Araújo, expoente da elite agrária; Domingos José Martins, dos comerciantes; José Luís de Mendonça, dos magistrados; Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, dos militares; e o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, presidente do governo e líder do clero. Outros nomes de grande representatividade na capitania integraram um conselho para assessoramento do governo, entre eles Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Os poderes do governo estavam regulamentados por uma lei orgânica, considerada de autoria de frei Caneca, inspirada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O documento deveria vigorar até que fossem realizadas as eleições e se organizasse o Parlamento que votaria uma Constituição. Ainda em harmonia com as idéias liberais, foi estabelecido o direito de liberdade de consciência e de imprensa, chegando-se a imprimir a “Declaração dos Direitos Naturais, Cívicos e Políticos do Homem” na Oficina Tipográfica da República de Pernambuco. O Estado adotava como religião oficial a católica romana, sendo as demais “toleradas”. Os lusitanos que dessem demonstração de adesão à revolução seriam considerados “patriotas”. As leis em vigor continuariam “a ter a mesma autoridade”, enquanto não fosse preparado “um código nacional” adequado às “novas circunstâncias e precisões

VOTO DE CABRESTO E POLÍTICA DOS GOVERNADORES:

O sistema político da República Velha estava assentado nas fraudes eleitorais, visto que o voto não era secreto. O exercício da fraude eleitoral ficava à cargo dos “coronéis”, grandes latifundiários que controlavam o poder político local. Exercendo um clientelismo político (troca de favores) o grande proprietário controlava toda uma população (“curral eleitoral”), através do voto de cabresto.

O poder dos coronéis “teve início ainda no período colonial que se favoreciam basicamente pelo sistema de clientela e patronagem”, no qual eles recebiam a patente de coronel ou mesmo as compravam assumindo assim o posto de oficial da Guarda Nacional e a representação local das autoridades do Império, gozando de privilégios e cargos de confiança.

Voto de Cabresto: na República Velha, o sistema eleitoral era muito frágil e fácil de ser manipulado. Os coronéis compravam votos para seus candidatos ou trocavam votos por bens materiais (pares de sapatos, óculos, alimentos, etc). Como o voto era aberto,



os coronéis mandavam capangas para os locais de votação, com objetivo de intimidar os eleitores e ganhar votos. As regiões controladas politicamente pelos coronéis eram conhecidas como currais eleitorais.

Com a instalação da República Velha que tem na historiografia tradicional a versão que a “proclamação da República resultou de crises que abalaram o fim do Segundo Reinado e basicamente nas instituições como: Religiosa e Militar, bem como a abolição da escravatura”.

Coronelismo teve sua atuação incrementada, sobretudo pela manutenção do sistema eleitoral pautado em voto aberto, facilitando, portanto a pressão do líder local em relação ao eleitorado. A formação dos currais eleitorais era de certa forma constituída dentro dos domínios fundiários do coronel, valorizando a formação de grandes potentados, juntamente com o fortalecimento do “voto de cabresto”.

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terra,

A figura do coronel representava ainda a de uma pessoa que aglutinava várias funções sociais, exercidas, sobretudo com a forte influência que tinha sobre seus dependentes bem como os aliados, empregados e capangas, senão vejamos:

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais.

O líder municipal ocupava sem sombra de dúvidas um lugar de extremo privilégio nos seus domínios de influência, que o tornava um parceiro muito interessante para o desenvolvimento político das grandes oligarquias agrárias, as verdadeiras elites que estavam no poder justamente com o apoio do coronel e que ao longo do século XIX tiveram suas posses agrárias abaladas especificamente pela diminuição e extinção da mão-de-obra escrava e não obstante o esfacelamento dos preços das monoculturas de café algodão e açúcar, e o fortalecimento de algumas atividades comerciais.

A chamada elite agrária, forte e altiva nos seus latifúndios, some diante do ardente círculo dos negócios: ela está subordinada, pelos interesses da escravidão, ao “monopólio de outros monopólios comerciais”. O Segundo Reinado será o paraíso dos comerciantes, entre os quais se incluem os intermediários honrados e os especuladores prontos para o bote à presa, em aliança com o Tesouro

O coronel encontra no meio rural o alicerce primordial para alcançar o mais amplo domínio político, pois o homem do campo “tira a sua sobrevivência” essencialmente das terras do coronel, ele vive na mais completa miséria, ignorância e abandono. A grande massa de trabalhadores tinha na figura do coronel um homem rico e próspero, portanto capaz de em qualquer momento poder ajudá-los, com qualquer tipo de ajuda, seja ela com remédios, empréstimos em dinheiro e até mesmo com proteção contra querelas com famílias rivais, fomentando mais ainda o voto de cabresto, pois lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com

o ‘coronel’ e pelo coronel a característica marcante do fenômeno coronelístico tem como base também o patrocínio do grande chefe local de todas as custas eleitorais, portanto quanto maior sendo as despesas do coronel maior chance elas terá no pleito.

As despesas são das mais variadas, pois como já foi citado o meio rural era, sobretudo paupérrimo, configurando assim a total dependência do eleitorado ao seu protetorado, causando uma obediência incondicional ao líder local.

Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documento, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento.

Assim, o poder oligárquico era exercido no nível municipal pelo coronel, no nível estadual pelo governador e, através da política do café com leite, o presidente controlava o nível federal.

No início do período republicano no Brasil (final do século XIX e começo do XX), vigorou um sistema conhecido popularmente como coronelismo. Este nome foi dado, pois a política era controlada e comandada pelos coronéis ricos, os coronéis costumam alterar votos, sumir com urnas e até mesmo patrocinavam a prática do voto fantasma. Este último consistia na falsificação de documentos para que pessoas pudessem votar várias vezes ou até mesmo utilizar o nome de falecidos nas votações.

Política do café-com-leite: no começo do século XX, os estados de São Paulo e Minas Gerais eram os mais ricos da nação. Enquanto o primeiro lucrava muito com a produção e exportação de café, o segundo gerava riqueza com a produção de leite e derivados. Os políticos destes estados faziam acordos para perpetuarem-se no poder central. Muitos presidentes da República, neste período, foram paulistas e mineiros.

Política dos Governadores: os governadores dos estados e o presidente da República faziam acordos políticos, na base da troca de favores, para governarem de forma tranqüila. Os governadores não faziam oposição ao governo central e ganhavam, em troca deste apoio, liberação de verbas federais. Esta prática foi criada pelo presidente Campos Sales (1898-1902) e fortaleceu o poder dos coronéis em seus estados.

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República, o coronelismo perdeu força e deixou de existir em várias regiões do Brasil. Apesar disso, algumas práticas do coronelismo, como, por exemplo, a compra de votos e fraudes eleitorais continuou existindo, por muito tempo, em algumas regiões.



PERNAMBUCO SOB A INTERVENTORIA DE AGAMENON MAGALHÃES:

Em 1937, em nome da segurança Nacional, Getúlio Vargas decreta a vigência do Estado Novo: dissolve o Congresso Nacional, os Legislativos estaduais e municipais, suspende as eleições e os partidos políticos, e estabelece por seis anos o mandato para Presidente da República. Em Pernambuco, o governador [Carlos de Lima Cavalcanti](#) é deposto, sendo decretado o estado de emergência. Getúlio nomeia Agamenon Magalhães como o interventor federal do Estado.

A partir daí, o político passa a desencadear uma série de ações sistemáticas visando desmontar as estruturas administrativas herdadas pelo governador que o precedeu, já que este havia consolidado uma liderança local e se projetado no cenário nacional. Ele se torna, por outro lado, o expoente e o principal doutrinador do Estado Novo em Pernambuco. Em seu governo, que tem a duração de oito anos, ele constrói milhares de casas para os pobres, cria a mística do anti-mocambo, funda centros operários, escolas, uma cooperativa editora e institui seminários pedagógicos.

Em uma ocasião, Agamenon solicita ao prefeito de Olinda, eleito pelas urnas em 1934, que o mesmo renuncie ao cargo, para que ele possa nomear um substituto. O prefeito, apesar de bem pouco satisfeito com aquele pedido, atendeu ao pleito do interventor. A título de curiosidade, vale a pena indagar: quem seria o prefeito deposto? Ele se chamava, nada mais nada menos, Luís Sérgio Magalhães e era irmão do próprio Agamenon!

Em 1937, em nome da segurança nacional, Getúlio Vargas decreta a vigência do Estado Novo: dissolve o Congresso Nacional, os Legislativos estaduais e municipais, suspende as eleições e os partidos políticos, e estabelece por seis anos o mandato para Presidente da República.

Em Pernambuco, o governador [Carlos de Lima Cavalcanti](#) é deposto, sendo decretado o estado de emergência. Getúlio nomeia Agamenon Magalhães como o interventor federal do Estado.

A partir daí, o político passa a desencadear uma série de ações sistemáticas visando desmontar as estruturas administrativas herdadas pelo governador que o precedeu, já que este havia consolidado uma liderança local e se projetado no cenário nacional. Ele se torna, por outro lado, o expoente e o principal doutrinador do Estado Novo em Pernambuco. Em seu governo, que tem a duração de oito anos, ele constrói milhares de casas para os pobres, cria a mística do anti-mocambo, funda centros operários, escolas, uma cooperativa editora e institui seminários pedagógicos.

Quando assume o Governo de Pernambuco, Agamenon cria a Liga Contra o Mocambo. Desta maneira, luta muito pela urbanização e saneamento básico, construindo casas populares de alvenaria, fortalecendo a educação, a saúde, a pequena agricultura. Essa Liga, em 1945, se transforma em uma autarquia: o Serviço Social Contra o Mocambo.

Desejando desconstruir o regime para salvar o Estado Novo, Getúlio Vargas concedia uma anistia aos presos políticos, em 1945, e convidava Agamenon para assumir o Ministério da Justiça. Ele elaborava uma legislação eleitoral e partidária, além de promulgar

o decreto nº. 7.666, anti-truste, que obtinha o apelido de Lei Malalaia, e foi assinada por Getúlio. Tal lei servia para reprimir os abusos do poder econômico, por parte dos trustes, funcionando como um bloqueio, em relação aos grandes monopólios internacionais.

O Código Eleitoral, chamado também de “Lei Agamenon”, abria caminho para o Tribunal Superior Eleitoral conceder o registro ou a cassação de partidos políticos, mediante os princípios constitucionais. Desse modo, era possível ser negado o registro de qualquer partido que ameaçasse a ordem democrática.

Interventora de Agamenon Magalhães (1937-1945), com a influência da formação da identidade ao chegar a Recife-Pernambuco-Brasil. O interventor Agamenon Magalhães, utilizando-se do seu Jornal Folha da Manhã para focar características, elementos fundantes, que espelhassem para a sociedade Pernambucana o perigo que representava o povo judaico, formação da identidade ao chegar a Recife-Pernambuco-Brasil

Ao nos debruçarmos sobre o período estadonovista, nos deparamos com a campanha prático-discursiva, construída por esse regime, de “repensar o Brasil”. No plano sócio-cultural, essa campanha foi amplamente legitimada por setores da intelectualidade nacional, onde os debates sobre a mestiçagem também passaram a ser repensados. As teorias deterministas, eugênicas, cederam lugar às idéias culturalistas; o darwinismo social, que apontava a miscigenação como mal maior das sociedades, foi colocado em questão.

O “Brasil mestiço” era o Brasil que deveria ser valorizado, era a mestiçagem que nos fazia singular, esse era o discurso idealizado pelos intelectuais da época. Nesse período, a cultura afro-brasileira passou a fazer parte das discussões do meio acadêmico, porém, no cotidiano dos afrodescendentes essa “democracia racial” era negada.

O povo passa a interessar ao poder dominante, quando ele legitima a “hegemonia burguesa”, mas, contraditoriamente, seus costumes, suas crenças, seu modo de viver, “incomodam como lugar do inculto por tudo aquilo que lhe falta”.

A capoeira foi oficializada como modalidade esportiva em 1937. Em 1939, Getúlio Vargas decreta que o “Dia da Raça” deveria ser comemorado em 30 de maio, fazendo alusão à “tolerância racial” existente em nossa sociedade. Contudo, o esforço do poder oficial em demonstrar através dessas ações como o novo regime estava aberto às manifestações culturais dos afrodescendentes, a realidade social e política do próprio afro-brasileiro eram marcadas pela exclusão social.

Em Pernambuco, a interventora de Agamenon Magalhães, teve sua atuação político-administrativa caracterizada pela forte perseguição aos grupos afro-religiosos. Medidas de controle social foram adotadas, onde a máquina estatal e instituições sociais passaram a ser utilizadas como instrumentos na manutenção de regime. O extenso Relatório de Governo do interventor Federal em Pernambuco, de 1938-1939, apresentado ao Presidente Getúlio Vargas, nos faz perceber não apenas como foram direcionados os investimentos na área de educação e saúde pelo governo de Agamenon Magalhães, como também nos permite compreender como as relações etno-sociais foram processadas naquele período.



O discurso intolerante, que apontava os cultos afro-religiosos como práticas “nocivas à sociedade”, foi construído sob a égide do preconceito racial, onde a perseguição aos “catimbozeiros” passou a fazer parte da rotina policial. Para o interventor pernambucano, a repressão aos cultos afro-religiosos estava inserida em uma série de medidas “saneadoras”, que além de efetivar o compromisso de seu governo com a manutenção da ordem “moral e social” tais medidas garantiam a saúde da população.

Medidas de profilaxia moral e social: jogos proibidos, casas de tolerância, baixo espiritismo, decoro público, seitas africanas e as práticas das ciências herméticas, onde Agamenon Magalhães registra como se processava a atuação policial. Vejamos: “A jogatina desenfreada, as casas de tolerância, o baixo espiritismo, as seitas africanas e as práticas chamadas ciências hermética, livremente exercitadas”, foram outros tantos problemas que a atual administração teve que enfrentar, vencendo as resistências que o seu arraigamento oferecia às mediadas saneadoras. Por outro lado, a atividade de tais seitas, revivendo formas rudes e exóticas de veneração que se dizer religiosa, permite toda sorte de exploração de gente inculca, afetando, sensivelmente, a moral, a saúde e a tranquilidade pública.

O Relatório Oficial do interventor Agamenon Magalhães também especificava como a campanha contra as “seitas africanas” foi montada, envolvendo os diversos órgãos da administração da interventoria, nos revelando a organização da máquina estatal no combate as entidades e indivíduos que ameaçavam a “ordem”. Nesse sentido, não podemos negar a organização da estrutura administrativa do regime ditatorial estadonovista, haja vista que a máquina estatal buscava funcionar harmoniosamente, onde a centralização política e o controle de informações faziam parte desse processo.

Não podemos negar que essas práticas de vigilância e repressão contra os cultos afro-religiosos também representavam o reflexo da ligação político-ideológica do projeto estadonovista com setores da Igreja Católica, ou seja, o regime ditatorial varguista e a Igreja Católica assumiram uma relação bastante próxima, de forma que essa instituição passou a colaborar com a manutenção do poder instaurando.

O perfil de Getúlio Vargas não era apenas de grande orador, mas também, um líder espiritual. O jornal do interventor pernambucano, a Folha da Manhã, possuía uma seção diária dedicada a Igreja Católica, intituladas “Religiosas”. Nessa seção, se comemoravam o dia dos santos católicos e divulgavam-se as atividades promovidas pela Igreja.

Também eram realizadas reflexões acerca das “escrituras sagradas” e os evangelhos eram citados e comentados.

Era a função catequética da Folha da Manhã. As manchetes que noticiavam as perseguições aos terreiros eram sistematicamente propagadas, com o objetivo de massificar a campanha contra os “catimbozeiros”. Ao pretender ser o porta-voz do Estado Novo em Pernambuco, a Folha da Manhã passou a reproduzir a “infâmia”, as “fantasias” e os “mitos”, seguindo o modelo de Hitler na Alemanha. A propaganda era imprescindível para a conquista das massas, o objetivo da imprensa não era apenas de informar transmitindo os fatos, mas estimular, incitar e mover as massas.

Estado Novo idealizava uma sociedade branca, pois os valores etnocentrados, o arianismo nazi-fascista foram expressivamente reproduzidos pelo discurso varguista. Nesse período, ser negro e viver a negritude representava desafiar os padrões de comportamento e pensamento impostos pela política autoritária varguista, onde as relações de alteridade foram marcadas pela intolerância racial e exclusão social.

MOVIMENTOS SOCIAIS E REPRESSÃO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985: EM PERNAMBUCO; HERANÇA AFRO-DESCENTE EM PERNAMBUCO;

No dia 1º de Abril de 1964 o Brasil mergulha em uma nova fase da sua história. Durante 21 anos o país viveu um regime de governo militar, que marcou a nação, seu povo e suas instituições. Foram duas décadas de confronto entre forças políticas e sociais. Neste conflito ambos os lados, governo e oposição, utilizaram todos os seus recursos: censura terrorismo, tortura e guerrilha. Veja abaixo o regime militar e o período de redemocratização. Verá também alguns fatos que marcaram a ditadura: os movimentos de oposição e a repressão.

Regime Militar é instaurado pelo golpe de 1º de abril de 1964. O plano político é marcado pelo autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, prisão e tortura dos opositores, e pela imposição da censura prévia aos meios de comunicação. Na economia há uma rápida diversificação e modernização da indústria e serviços, sustentada por mecanismos de concentração de renda, endividamento externo e abertura ao capital estrangeiro.

Com a deposição de Jango, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzelli, assume formalmente a presidência e permanece no cargo até 15 de abril de 64. Na prática, porém, o poder é exercido pelos ministros militares de seu governo, entre eles, o general Arthur da Costa e Silva, da Guerra. Nesse, período é instituído o Ato Institucional nº1.

Os Atos Institucionais são mecanismos adotados pelos militares para legalizar ações políticas não previstas e mesmo contrárias à Constituição. De 1964 à 1978 serão decretados 16 Atos Institucionais e complementares que transformam a Constituição de 46 em uma colcha de retalhos. O AI-1, de 9 de abril de 64, transfere poder aos militares, suspende por dez anos os direitos políticos de centenas de pessoas. As cassações de mandatos alteram a composição do Congresso e intimidam os parlamentares.

Junta Militar

É integrada pelos ministros da Marinha Augusto Rademaker, do exército, Lyra Tavares e da Aeronáutica Márcio de Souza e Melo. Governa por dois meses - de 31 de agosto de 1969 até 30 de outubro do mesmo ano. Em setembro, decreta entre outras medidas o AI-14, que institui a prisão perpétua e a pena de morte em casos de guerra revolucionária e subversiva, reforma a constituição de 1969 e impõe a nova lei de segurança nacional. Decreta também reabertura do Congresso, após dez meses de recesso. Em 25 de outubro de 1967, os parlamentares elegeм Emilio Garrastazu Médici para a presidência.



Governo Costa e Silva

O marechal Arthur Costa e Silva assume em 15 de março de 1967 e governa até 31 de agosto de 1969, quando é afastado por motivos de saúde. Logo nos primeiros meses de governo enfrenta uma onda de protestos que se espalham por todo o país. O autoritarismo e a repressão recrudescem na mesma proporção em que a oposição se radicaliza. Costa e Silva cria o Fundo Nacional do Índio (Funai) e o Movimento de Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Crescem as manifestações de rua nas principais cidades do país, em geral organizadas por estudantes. Em 1968 o estudante secundarista Édson Luís morre no Rio de Janeiro em confronto entre polícias e estudantes. Em resposta, o movimento estudantil, setores da Igreja e da sociedade civil promovem a Passeata dos Cem Mil, a maior mobilização do período contra o regime militar. Na Câmara Federal, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, exorta o povo a não comparecer às festividades do dia 7 da Independência. Os militares exigem sua punição. A Câmara não aceita a exigência e o Congresso decreta o AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Em 17 de abril de 1968, 68 municípios, inclusive todas as capitais, são transformados em áreas de segurança nacional e seus prefeitos passaram a ser nomeados pelo presidente da República.

Mais abrangente e autoritário de todos os outros atos institucionais, o AI-5 na prática revoga os dispositivos constitucionais de 67. Reforça os poderes discricionários do regime e concede ao exército o direito de determinar medidas repressivas específicas, como decretar o recesso do Congresso, das assembleias legislativas estaduais e Câmaras municipais. O Governo pode censurar os meios de comunicação, eliminar as garantias de estabilidade do Poder Judiciário e suspender a aplicação do habeas-corpus em casos de crimes políticos. O Ato ainda cassa mandatos, suspende direitos políticos e cerceia direitos individuais.

Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil.

Quase ninguém quer se identificar com a Ditadura Militar no Brasil nos dias de hoje. Sobre o período a memória adquiriu uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. De outro lado, a nova república, regida pela Lei, a sociedade democrática.

Embora tenha desaparecido gradualmente, em ordem e paz, a ditadura militar foi e tem sido objeto de escárnio, de desprezo, ou de indiferença, estabelecendo-se uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não o silêncio e o esquecimento de um processo, contudo, tão recente, e tão importante, de nossa história. Entretanto, se isto tudo corresponde à verdade, como explicar por que a ditadura não foi simplesmente derrotada?

Como compreender a permanência de lideranças e mecanismos de poder preservados e/ou construídos no período da ditadura, pela ditadura e para a ditadura? E o que dizer da cultura política autoritária, cuja vitalidade ninguém pode contestar?

Talvez seja necessário refletir sobre as raízes e os fundamentos históricos da ditadura militar, as complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade, e, num contraponto, sobre o papel desempenhado pelas esquerdas no período.

É o que o presente texto pretende fazer. Começando pelo início: o processo que desembocou na instauração da ditadura. Em seguida, estudar o desenvolvimento dos governos ditatoriais, as oposições de esquerda, os programas alternativos apresentados, o impacto que tiveram, sempre no contexto de uma sociedade que, afinal, nunca se rebelou de forma radical contra a Ordem vigente.

E observar, finalmente, como se foi extinguindo a ditadura militar, redefinindo-se, transformando-se, transitando para uma democracia sob formas híbridas, mudando de pele como um camaleão muda de cores, numa lenta metamorfose, a ponto de provocar polêmicas a respeito de quando, efetivamente, terminou.

Nossa escolha recai em 1979, quando deixou de existir o Estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais, e foi aprovada a Anistia, ensejando a volta do exílio dos principais líderes das esquerdas brasileiras. Daí em diante, abriu-se um período de transição, até 1988, quando a aprovação de uma nova Constituição restabeleceu as condições de um pleno Estado de Direito em nosso país.

E assim, da ditadura fez-se a democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência, cordialmente, brasileiroamente.

A vitória do movimento civil-militar que derrubou João Goulart em abril de 1964, praticamente sem resistência, constituiu uma grande surpresa. Brasil e América Latina no contexto da luta pela autonomia e pela afirmação de um projeto nacional-estatista.

Uma primeira chave, mais ampla, engloba a América Latina, e, a rigor, o Terceiro Mundo em seu conjunto. Remete à questão da viabilidade do projeto de construção da autonomia no contexto do mundo capitalista. Com efeito, desde a Segunda Revolução Industrial, de fins do século XIX, frente às grandes potências capitalistas, colocou-se para uma série de sociedades o desafio de construir uma inserção autônoma no mercado capitalista internacional.

Na rede armada pelo processo de internacionalização do capital (comércio de mercadorias e exportação de capitais), combinada com a expansão territorial, sobretudo das potências europeias, laços apertados de dependência foram tecidos, dificultando, às vezes impedindo, nas regiões da África, Ásia e América Latina, a conquista de uma real autonomia política e econômica, mesmo entre aqueles países que não chegaram a ser transformados em colônias diretas (caso da China), ou que já tinham deixado de sê-lo (caso de quase todos os países da América Latina).

A I Grande Guerra e as convulsões subsequentes dos críticos anos 20 e 30 (emergência da revolução russa, surgimento dos fascismos, crise geral das economias liberais) abriram brechas nestes laços de dependência, permitindo a estruturação de projetos autonomistas, assumindo, quase sempre, um caráter nacional-estatista. A proposta republicana de Sun Yat-sen na China, a modernização da Turquia, liderada por Mustapha Kemal, o Partido do Congresso na Índia, o nacionalismo mexicano de Ernesto Cárdenas, o Estado Novo Varguista, tinham este sentido: explorar os espaços criados pelo enfraquecimento das potências, ou/e a rivalidade entre elas, para lograr margens de autonomia.

Para além de suas diversidades, estas diferentes iniciativas esboçaram o projeto ambicioso de construir um desenvolvimento nacional autônomo no contexto do capitalismo internacional, baseado nos seguintes elementos principais: um Estado fortalecido e intervencionista, um planejamento mais ou menos centralizado, um movimento, ou um partido nacional, congregando as diferentes classes em torno de uma ideologia nacional e de lideranças carismáticas, baseadas numa íntima associação, não apenas imposta, mas também concertada, entre Estado, Patrões e Trabalhadores.

Era aí disseminada a crítica aos princípios do capitalismo liberal e à liberdade irrestrita dos capitais. Em oposição, defendia-se a lógica dos interesses nacionais e da justiça social, que um Estado intervencionista e regulador tratariam de garantir. No transcurso da II Guerra Mundial, as circunstâncias obrigariam as grandes potências a conciliar com estes projetos. Depois da conflagração, contudo, novas circunstâncias imporiam redefinições de rumos.



O enfraquecimento das potências européias e do Japão, e a estruturação de poderosos movimentos de libertação nacional pareciam abrir um horizonte favorável, inclusive porque as duas grandes superpotências resultantes do conflito mundial - os EUA e a URSS -, embora com intenções diversas, estavam também interessadas na fim dos velhos impérios coloniais. Este último aspecto, contudo, apresentava ambiguidades, porque tanto os EUA como a URSS cultivavam ambições universais e, na lógica da bipolaridade da Guerra Fria, pretendiam reduzir as margens de autonomia já conquistadas ou a conquistar.

Mas as coisas não se passaram da mesma forma nas várias regiões do mundo.

Na Ásia, a derrota do Japão e a presença de fortes movimentos de libertação nacional, ensejaram a conquista de margens consideráveis de autonomia, expressas na independência de uma série de povos e no triunfo da revolução chinesa.

No mundo muçulmano, os movimentos autonomistas tornaram-se irreversíveis na primeira metade dos anos 50, com o nascerismo, e, um pouco mais tarde, através da revolução argelina e do socialismo árabe. Na África negra, a partir da independência de Ghana, em 1957, desencadeou-se uma grande onda de independências. Todo este processo abriu horizontes - e grandes esperanças - para a construção dos projetos autonomistas. A conferência de Bandung, realizada em 1955, estabeleceria os marcos iniciais desta utopia terceiro-mundista, um dos componentes essenciais das relações internacionais até os anos 60 e parte dos anos 70. Ela se baseava na crença de que seria possível alcançar o sonhado desenvolvimento autônomo com base num projeto nacional-estatista.

Na América Latina, entretanto, as coisas tomaram outros rumos. Em virtude da maior presença dos EUA, do pouco peso da URSS, das opções definidas pela maior parte das elites dominantes da área, de certas tradições culturais, os projetos autonomistas construídos com algum êxito até 1945 tenderam a perder fôlego e vigor. Houve resistências, sem dúvida.

O peronismo na Argentina, a revolução boliviana, o aprismo no Peru, o movimento democrático-popular na Venezuela, o nacionalismo mexicano, o varguismo e o trabalhismo no Brasil, além de uma série de movimentos e experimentos na América Central, como o liderado por J. Arbenz na Guatemala, atestam a força acumulada e as raízes sociais e históricas, em nosso continente, do programa nacional-estatista, em luta pela conquista da autonomia.

Entretanto, a proposta de um desenvolvimento dependente e associado aos capitais internacionais ganhou força ao longo dos anos 50, quando novas reestruturações da divisão internacional do trabalho permitiram a alguns países mais importantes do continente - Brasil, Argentina, México - disporem de condições para emprender surtos industrializantes.

As alianças então constituídas, e as expectativas geradas, pelo menos em alguns países que puderam registrar altos níveis de crescimento econômico, como, por exemplo, o Brasil dos 50 anos em 5 de Juscelino Kubitschek, minaram, mas não chegaram a destruir as bases constituídas pela tradição nacional-estatista. Com efeito, nem todos os dados estavam ainda jogados.

A vitória da revolução cubana, em 1959, e da revolução argelina, em 1962, o processo de independências nacionais na África negra e no mundo árabe e muçulmano, a luta revolucionária no Vietnã, retomada a partir dos começos dos anos 60, entre muitos outros acontecimentos, conferiram novo alento aos movimentos nacional-estatistas latino-americanos.

O enfrentamento entre Cuba e os poderosos Estados Unidos da América empolgavam as correntes nacionalistas, que se reconheciam como parte da nuestra América, um sonho de José Martí, que muito se assemelhava, nas condições da América Latina, ao espírito afro-asiático formulado em Bandung. Assim, numa perspectiva mais ampla, histórica, a revolução cubana pode ser avaliada como um elo a mais da longa luta dos movimentos nacional-estatistas latino-americanos pela conquista de margens de autonomia. Nesta mesma perspectiva, o caráter socialista do regime político e social cubano deveria ser compreendido muito mais como uma imposição da pressão e do cerco dos EUA - e da necessária aliança de defesa com a URSS - do que como uma evolução consciente e estruturada da própria revolução.

Neste contexto internacional abriu-se uma conjuntura de grandes lutas sociais, até então inédita na história da república brasileira. O marco inicial foi a renúncia do presidente Janio Quadros, em agosto de 1961.

1961-1964: a derrota histórica do projeto nacional-estatista

Janio fora eleito, em outubro de 1960, articulando um leque de forças: oligarquias liberais, classes médias, amplos contingentes de trabalhadores. Estavam todos, por diferentes razões, descontentes com os rumos da sociedade. A euforia desenvolvimentista, da segunda metade dos anos 50, cedera lugar à apreensão face às contradições que se acumulavam: o ritmo de crescimento diminuía, crescera a inflação, intensificara-se o cortejo de desajustes próprios de épocas de transformações aceleradas.

Como resultado, desgastaram-se as forças e os partidos que haviam comandado até então o país, criando-se na sociedade uma atmosfera geral a favor de mudanças. Era preciso renovar a vida política do país. Janio, líder carismático por excelência, soube encarnar estes anseios pelo novo, tão próprios da cultura política brasileira.

Mas o governo, iniciado em janeiro de 1961, cedo pareceu uma potência que não se realizava. A política econômica, na linha da ortodoxia monetarista, desagradava o setor industrial. A política externa independente irritava os setores conservadores sem angariar o apoio das esquerdas, desprezadas por Janio. Quanto aos trabalhadores, frente à inflação crescente, recebiam promessas de austeridade...

O presidente parecia apostar apenas no diálogo direto com a sociedade, exercitando seu inegável carisma. Reclamava de restrições e alegava carecer de plenos poderes, e foi com a perspectiva de obtê-los que renunciou, em agosto de 1961, num golpe bem urdido (surpreendeu a todos), mas pessimamente executado - não havia nenhum dispositivo organizado para aproveitar-se da situação de caos e de quase guerra civil em que o país mergulhou por quase duas semanas.

Os ministros militares tentaram impedir a posse do vice-presidente eleito, João Goulart, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, frente ao movimento de resistência, houve um acordo em que ambos os lados recuaram.

Afinal, Jango assumiu o governo, em 7 de setembro de 1961, mas no quadro de um parlamentarismo híbrido, associando um presidente enfraquecido e um parlamento fraco. Quanto aos golpistas, tiveram as posições preservadas, não sendo punidos.

Alguns aspectos da crise merecem ser destacados. Primo, a improvisação do veto à posse de Jango, devida à própria surpresa com que foram colhidos os ministros militares pela renúncia do presidente Janio Quadros, aliada à indecisão e às divisões das eli-



tes dominantes, constituíram fatores fundamentais para o fracasso da tentativa de golpe. Segundo o protagonismo dos movimentos populares, que entraram na cena política em defesa da posse de Goulart. Na sequência, eles não se deixariam tão facilmente afastar do palco. Tertio, o fato essencial de que estes movimentos haviam partido para a luta em defesa da democracia, da lei e da ordem constitucional. Em outras palavras, a luta se travara em defesa da ordem legal.

Com a posse de João Goulart, tornou-se possível reatualizar a hipótese do projeto nacional-estatista. Com efeito, se o desenvolvimentismo de JK, como já referido, abalara alguns de seus fundamentos, não o superara. Quanto a Janio Quadros não teve sequer tempo, ou condições, para elaborar alguma alternativa. Ressurgia assim uma possibilidade que muitos imaginavam definitivamente enterrada.

As agitações sociais ampliaram-se, num crescendo, alcançando trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição do projeto nacional-estatista, que passaria a incorporar uma ampla - e inédita - participação popular. Talvez exatamente por causa disto, mudaram o tom e o sentido do discurso: ao contrário de certa tradição conciliatória, típica do estilo de Getúlio Vargas, os obstáculos deveriam agora ser removidos, e não evitados, os alvos, abatidos, e não contornados.

E assim tomou corpo o programa das reformas de base.

A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que constituíam, então, quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais. Instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto.

Nas ruas, nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, radicalizando-se. Entretanto, em sentido contrário, mobilizavam-se resistências expressivas. A análise das eleições de 1962, cerca de um ano após a posse de Jango, que renovaram a Câmara Federal, parte do Senado e mais um conjunto importante de governos estaduais, evidenciou a força das direitas e da opinião conservadora.

No Congresso Nacional, embora o Partido Trabalhista Brasileiro e outros partidos reformistas menores houvessem registrado avanços relevantes, o PSD e a UDN nucleavam ampla maioria conservadora. Nas eleições para os governos dos Estados, se as esquerdas tinham conseguido êxito em Pernambuco e no Rio de Janeiro, elegendo Miguel Arraes e Badger da Silveira, às direitas haviam elegido I. Meneghetti no Rio Grande do Sul, Ademar de Barros, em São Paulo, e Carlos Lacerda, no então recém-fundado Estado da Guanabara. Sem contar o fato de que outros importantes Estados, como Minas Gerais e Paraná, já eram governados por lideranças conservadoras (Magalhães Pinto e Ney Braga). A tradução política destas eleições, no que diz respeito às reformas, poderia ser assim resumida: elas não seriam aprovadas legalmente pelas instituições representativas.

Nas margens da Lei, restara a expectativa de viabilizar as reformas através do restabelecimento dos plenos poderes presidenciais de Jango. O plebiscito sobre a questão, antecipado para janeiro de 1963, resultara, de fato, numa vitória consagrada para Jango. Mas gerou, em seguida, grandes frustrações porque o Plano Trienal, formulado por Celso Furtado e apresentado por Jango não chegou a durar três meses, atolando o projeto reformista num impasse histórico.

A sociedade dividirá-se.

De um lado, o movimento reformista, tendo como núcleo amplo contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, além de estudantes e graduados das forças armadas. Com o tempo, passaram a defender o recurso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: reforma agrária na lei ou na marra.

De outro lado, numa outra frente social, aliavam-se as elites tradicionais, grupos empresariais modernizantes, grande parte das classes médias e até mesmo setores populares, toda uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira.

Neste conjunto extremamente heterogêneo, todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iriam atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande Medo de que viria um tempo de Desordem e de Caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. A ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências.

Nunca seria demais recordar a importância da conjuntura internacional da guerra fria: a invasão frustrada de Cuba por exilados financiados e armados pelos norte-americanos, o lançamento da Aliança para o Progresso, com propostas reformistas moderadas para conter a onda radical e comunizante, a crise dos foguetes, levando o mundo à beira de uma guerra atômica, a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos no contexto de uma grande ofensiva guerrilheira em todo o continente. Complementavam o quadro a vitória da revolução argelina (1962), a retomada da guerra do Vietnã (1960), o processo das independências na África (primeira metade dos anos 60).

Os movimentos e lideranças partidários das reformas, que haviam originalmente construído sua força na luta pela posse de Jango, na defesa da ordem constituída e da legalidade, tinham evoluído para uma linha ofensiva. E assim, quem estava em linhas de defesa, passou ao ataque, imaginando ter chegado a sua hora.

Enquanto isto, do outro lado, notórios conspiradores de todos os golpes, desde que se fundara aquela república em 1945, encontravam-se agora defendendo a constituição e a legalidade da ordem vigente. Entretanto, armavam o bote. E assim, quem sempre atacara, passara agora à defensiva, esperando a sua hora. E afinal a hora chegou, para todos, em março de 1964.

Depois de longos meses de indecisão, Jango resolveu partir para a ofensiva. Dispôs-se a liderar um conjunto de grandes comícios para aumentar a pressão pelas reformas. O primeiro - foi o único - realizou-se em 13 de março de 1964. Um sucesso. Reuniram-se todas as esquerdas, mais de 350 mil pessoas, na defesa exaltada das reformas.

A reação veio imediata. No dia 19, em São Paulo, desenrolou-se uma primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As direitas unidas, alarmadas, também foram às ruas, cerca de 500 mil pessoas. Outras marchas se seguiram em várias cidades. As forças da contra-reforma.



Ao contrário do que se poderia imaginar, às grandes palavras do comício do 13 de março e das primeiras Marchas da Família, seguiu-se uma espécie de letargia, uma espécie de pausa.

A crise na Marinha mudou o foco do processo político. Em vez de um enfrentamento entre projetos políticos, entre reforma e contra-reforma, uma luta entre os defensores da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas e os que desejavam subverter estes valores. Um desastre político para Jango e para as forças reformistas, cujo dispositivo militar começou a ruir.

Jango foi fugindo do cenário aos soluços: Brasília, Porto Alegre, Montevideu, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação. Apavorado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava, decidiu nada decidir e saiu da História pela fronteira com o Uruguai. As esquerdas não ofereceram resistência, quedando-se aparvalhadas, desmoralizadas.

As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou a derrocada de Jango, das reformas e do projeto nacional-estatista que encarnavam.

A primeira grande dificuldade dos vitoriosos foi definir uma identidade política positiva.

Com efeito, formara-se, para derrubar o governo de Jango, uma ampla frente, com denominadores comuns muito genéricos: salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo. E restabelecer a democracia. Funcionando como cimento, unindo a todos, o Medo de que um processo radical pudesse levar o país à desordem e ao caos.

Assim, as eleições previstas para 1965 e 1966 não dariam chance para os agora vencidos recobrem suas posições. Assim pensavam os líderes civis do movimento. Havia, finalmente, os que imaginavam ter um projeto alternativo à situação existente. Pretendiam destruir, em seus fundamentos, a ordem e as tradições nacional-estatistas que Jango representava, e pôr no lugar uma alternativa internacionalista-liberal, centrada na abertura econômica para o mercado internacional, no incentivo aos capitais privados, inclusive estrangeiros, numa concepção diferente do papel do Estado na economia, mais regulador do que intervencionista.

Tais perspectivas tinham sido elaboradas no âmbito do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o IPES, uma organização que reunia lideranças civis e militares e que desempenhara um importante papel na vitória do golpe. Na desordem que se seguiu à derrocada de Jango, houve uma espécie de disputa surda entre lideranças e dispositivos alternativos. Rapidamente o poder efetivo passou para uma Junta Militar, reunindo chefes militares das três Armas, o autodenominado Comando Supremo da Revolução.

Poucos dias depois, em 9 de abril, a Junta editou um Ato Institucional que instaurou o estado de exceção no país. Decretaram a cassação de mandatos eletivos e a suspensão de direitos políticos, atingindo centenas de pessoas. Ao mesmo tempo, um processo de caça às bruxas desencadeou-se pelo país afora, com prisões, censura e publicações e intimidações de toda a ordem.

Aquilo, decididamente, não parecia um golpe na tradição latino-americana. Os homens do Comando Supremo falavam em nome de uma revolução, querendo explicitar a perspectiva de que não tinham promovido uma intervenção de caráter passageiro, mas algo mais profundo. O que, exatamente, poucos, talvez nem eles mesmos, naquele momento, saberiam dizer.

O problema é que o processo todo fora consumado, não em nome de uma revolução, mas no dos valores da civilização cristã e da democracia. Era necessário, portanto, conferir legitimidade ao novo poder e definir alguém com qualificações para assumir a presidência da república. Foi nestas circunstâncias que o nome do general Castelo Branco apareceu. Tinha prestígio entre seus pares e conexões com o IPES, o dispositivo organizado que, inegavelmente, naquele momento, era o mais articulado em termos políticos.

Afinal, depois de complicadas negociações, o general foi eleito pelo Congresso Nacional, já depurado por dezenas de cassações de direitos políticos. A seu lado, como vice-presidente, a figura de José Maria Alkmin, velha raposa do PSD, amigo e correligionário de Juscelino Kubitschek, que participou também da trama, pensando estar assegurando seu futuro político.

Assim, desde a própria gênese, aquele processo armou um imbróglio maior que o marcaria até o fim de seus dias. De um lado, em função da proposta de destruir pela raiz o antigo regime representado por Jango, o Ato Institucional, a exceção, a revolução, a ditadura. De outro, em virtude da necessidade de considerar o conjunto de forças que haviam se reunido para aquele desfecho, o respeito pela democracia, por seus valores e por suas formas e ritos.

Castelo Branco pareceu naquele momento sintetizar estes dois lados dificilmente compatíveis. Por isso foi eleito pelo Congresso, mas não eram muitos os que sabiam com clareza quais eram os seus planos para o país.

Entre os homens políticos e na sociedade em geral é comum a percepção de que tudo é possível fazer a partir do poder, sobretudo de um poder centralizado e forte por tradição. Na História, muitos líderes, inclusive revolucionários, aprenderam à própria custa que não é bem assim. Se houvesse necessidade, a trajetória do governo Castelo Branco seria uma boa ilustração a respeito dos limites de um poder aparentemente incontestável.

O seu internacionalismo rompia com o nacional-estatismo e defendia o alinhamento com os EUA, num projeto de integração do Brasil no chamado mundo ocidental e de abertura do país aos fluxos do capital internacional. O que se traduziu numa política econômica segundo os padrões monetaristas ortodoxos, na assinatura de um generoso acordo de investimentos, numa lei de remessa de lucros convidativa, e no reescalonamento das dívidas com os bancos privados e as instituições internacionais, afastando o espectro da moratória.

Havia um projeto ambicioso de estabilizar a economia e as finanças, constituir um autêntico mercado de capitais no país, incentivar as exportações e atrair vultosos investimentos de capitais privados. Apesar do apoio do governo norte-americano e das instituições internacionais, o fluxo, esperado, de capitais internacionais não apareceu, frustrando as expectativas de Castelo Branco e de sua equipe.

Em certa medida, por causa disto, a política econômica não apresentou resultados convincentes. A inflação baixava, mas não era domada: 86% em 1964, 45% em 1965, 40% em 1966. O crédito, escasso, provocava quebras no comércio e na indústria, ensejando críticas de comerciantes e industriais, que mobilizavam suas poderosas organizações, pressionando o governo. Quanto aos assalariados, tinham reajustes bem inferiores aos índices inflacionários.

Por outro lado, a repressão desatada punha em frangalhos os valores liberais e democráticos com os quais o governo dizia-se comprometido. As centenas de cassações e as operações desastradas de censura causavam escândalo e desgaste.



Formou-se, assim, uma atmosfera de descontentamento: não somente entre os derrotados, mas mesmo em setores da grande frente que havia apoiado o golpe. Líderes civis do movimento vitorioso, preocupados com a impopularidade do governo, começaram a criticar a política econômica e a pedir a cabeça dos seus responsáveis. Tais dissonâncias geravam brechas por onde penetraram as críticas de estudantes e intelectuais.

Os humoristas e cartunistas exprimiam a maré montante do desagrado da sociedade diante de um regime que se configurava, cada vez mais, como uma ditadura militar. No teatro, na música de protesto, no cinema, nas artes plásticas, também ecoavam as perplexidades e as amarguras de amplos setores sociais.

Elas também seriam agitadas pelos estudantes universitários. De forma molecular formou-se uma oposição crescente, vindo daí as primeiras manifestações públicas de repulsa ao governo. Também foram os estudantes universitários que constituíram a principal base social do processo de rearticulação das esquerdas organizadas, postas, todas, na clandestinidade desde abril de 1964.

Entretanto, de modo geral, todo este movimento crítico tinha duas grandes limitações.

A primeira era de ordem social. Os trabalhadores urbanos e rurais não tinham vez, nem voz, naquelas críticas. A maior parte simplesmente acomodou-se à nova situação. Outros setores, mais participantes nas lutas pelas reformas de base, encontravam-se desorientados, envolvidos na amargura das ilusões perdidas.

De outro lado, do ponto de vista do conteúdo, as críticas elaboradas concentravam-se nas incongruências do regime, provocando o riso. Apostava-se numa espécie de beco-sem-saída. A obtusidade daqueles gorilas seria incapaz de dirigir um país grande e complexo como o Brasil. Seriam obrigados a recuar, pela força das circunstâncias. Ou aquilo tudo explodiria, reabrindo horizontes para a única alternativa possível: as reformas de estrutura. Formou-se uma utopia do impasse, numa linha de continuidade com o que havia de mais extremado na conjuntura anterior ao golpe militar. Com esta crença se organizaria a autodenominada esquerda revolucionária, ou nova esquerda.

Para ela, a ditadura era uma tragédia, mas tinha uma virtude: a de limpar os horizontes, removendo da cena política as tradições moderadas, soterradas sob os escombros da derrota política. Agora, não mais seria possível cultivar ilusões. As massas se transformariam em classes, e a revolução, a autêntica revolução, poderia despontar como hipótese. Nestas construções, distantes da dinâmica da sociedade, era impossível perceber que, no emaranhado contraditório das políticas da ditadura, tomava corpo um processo de modernização conservadora.

O governo Castelo Branco encerrou-se em meio ao descrédito, sobretudo depois de um novo Ato Institucional, o AI-2, editado sob sua direta responsabilidade depois da derrota eleitoral nas eleições para os governos de Minas Gerais e Guanabara em 1965. Com o novo Ato, reinstaurou-se o estado de exceção, a ditadura aberta. Com ele na mão, o ditador cometeu as arbitrariedades que lhe pareceram necessário: milhares de cassações, deposição de governantes legalmente eleitos, recesso do Congresso Nacional, extinção dos partidos políticos tradicionais, imposição de eleições indiretas para governadores e presidente da república, entre muitas e muitas outras decisões de caráter ditatorial.

Atropelando a tudo e a todos, acumulando desgastes, Castelo Branco acabou perdendo o controle da própria sucessão, obrigado a aceitar a candidatura do ministro do exército, Costa e Silva.

O general-presidente ainda tentou legar uma armadura jurídico-constitucional ao país com uma nova Constituição, uma nova Lei de Imprensa e uma nova Lei de Segurança Nacional. Mas a aprovação a toque de caixa por um Congresso encolhido não conseguiu legitimar seus propósitos. É certo que se realizaram as eleições legislativas de 1966, quando estrearam os novos partidos, criados à sombra do arbítrio, a Aliança Renovadora Nacional/ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro/ MDB. Mas nem com muito boa vontade se poderia dizer que foram eleições livres e democráticas. Não gratuitamente os votos nulos e brancos alcançariam proporções inéditas.

De sorte que, em seu ocaso, o governo associou-se à repressão e à recessão, tornando impopular um movimento que, no nascedouro, dispunha de substancial apoio, embora heterogêneo. Entretanto, é importante sublinhar que a maior parte das oposições ao governo era moderada, não assumindo programas radicais. O que se desejava era o restabelecimento da democracia, mas sem embates violentos ou o recurso à força que, aliás, nos arraiais oposicionistas, era inexistente.

O programa internacionalista-liberal, apesar de coerente, não vencera os obstáculos. Fora mais fácil derrubar homens do que transformar estruturas. É verdade que todos os anéis tinham sido salvos, e postas certas bases econômico-financeiras e institucionais que serviriam aos governos seguintes. Contudo, mais de vinte anos ainda se passariam para que as plataformas defendidas por Castelo Branco, em sua inteireza, se reatualizassem com chances de concretização. Neste sentido, Castelo Branco foi um precursor, um neoliberal avant la lettre.

No imediato, as atenções agora se voltavam para o novo general-presidente, Costa e Silva, inclusive porque o homem vinha com promessas de reconciliação democrática e de desenvolvimento.

No discurso de posse, como Castelo Branco, e como os sucessores, Costa e Silva prometeu democracia, diálogo e desenvolvimento.

Em 1967, o país já registrou um razoável crescimento: 4,8%. No ano seguinte, em 1968, quase o dobro: 9,3%, tendo o conjunto da atividade industrial alcançado o patamar de 15,5%, puxado pela construção civil, com 17% de crescimento. A decolagem era produto da combinação das medidas do governo com uma série de condições favoráveis, internas (ociosidade do parque industrial, demanda reprimida, saneamento financeiro executado pelo governo anterior) e externas (início de um boom espetacular no mercado internacional: entre 1967 e 1973, o comércio mundial cresceu a uma taxa de 18% ao ano).

Entretanto, a insatisfação acumulada - e represada - durante o governo anterior, tenderia agora a desaguar em protestos e movimentos públicos.

Na própria frente que protagonizou o golpe apareceram divisões: a Frente Ampla, formada ao longo de 1967, a oposição liberal de parte importante da grande imprensa, e a passagem de setores minoritários, mas expressivos, da Igreja Católica para posições hostis ao Poder.

Na área intelectual, eram visíveis as manifestações críticas ao governo, embora também se fizessem presentes expressões, senão favoráveis, ao menos complacentes, com o sistema político em vigor ou com a ordem vigente. Assim, ao lado da música de protesto, sempre lembrada, é preciso recordar outras propostas incompreensíveis a um gênero de oposição mais ortodoxa, como o tropicismo.



Além disso, havia todo um conjunto, de grande sucesso, de mídia e de público, como a chamada Jovem Guarda, para quem as lutas políticas passavam literalmente à cômica. Não eram nem contra, ou a favor delas, muito pelo contrário... e nem por isso recebiam menos atenção, ou aplausos. Do mesmo modo, em relação ao cinema, há uma constante ênfase em certos filmes e autores, como Os Fuzis, de Rui Guerra, ou Deus e o Diabo na Terra do Sol, de Glauber Rocha, uma cinematografia de resistência, como se dizia na época, com alta qualidade artística, contudo, reduzido público. Os campeões de bilheteria eram Roberto Farias com um filme sobre Roberto Carlos, melhor bilheteria de 1968, ou José Mojica Marins, cujos filmes de terror (Esta noite encarnarei no teu cadáver) transformavam-se em grandes sucessos.

Ambiguidades que merecem ser consideradas na avaliação dos movimentos da opinião pública, sobretudo porque as grandes massas populares, sem recursos para ir às salas de cinema, embalam-se nas novelas - que então iniciavam sua trajetória de sucesso -, nos shows de variedades e nos programas humorísticos das TVs - que só muito raramente, e de forma indireta, ingressavam na seara das lutas políticas. De sorte que, a rigor, apesar da agitação crescente, o poder, apoiado agora nos índices de crescimento econômico, parecia ter reservas apreciáveis para enfrentar o descontentamento existente na sociedade.

Já em 1967, primeiro ano do governo Costa e Silva, o diálogo prometido não ocorreu, mas, sim, a repressão, face às pressões do único movimento social ativo- estudantil. No ano seguinte, este movimento tomou outro vulto, sobretudo no primeiro semestre, culminando o processo na chamada passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, que unificou as lutas estudantis com os protestos dos intelectuais.

No conjunto, o movimento social dos estudantes tinha um marcado caráter sindical, mas suas manifestações públicas, agora, se inseriam no contexto do ano quente de 1968. Por outro lado, organizações revolucionárias clandestinas, que controlavam quase todas as entidades representativas, apareciam nas manifestações com propósitos de enfrentamento, inclusive armado, que ultrapassavam o escopo próprio do movimento.

A polícia política e mesmo alguns analistas, mais tarde, confundiram os dois processos que, no entanto, precisam ser deslindados - o movimento social estudantil, em sua autonomia, de caráter basicamente sindical, e as organizações revolucionárias clandestinas, já decididas, em função de sua evolução interna, à luta armada com o sistema.

São estas organizações, da esquerda revolucionária, que, desde 1965, e ainda com mais força em 1967 e 1968, se lançaram às ações armadas. Eram pequenas ações, e minúsculas, as organizações envolvidas, mas, pelo ineditismo e pelo simbolismo do desafio, provocavam uma imensa repercussão mediática e na sociedade. O fenômeno se nutria de duas grandes referências já aqui indicadas: a da utopia do impasse, ou seja, a ideia de que o governo não tinha condições históricas de oferecer alternativas políticas ao país; e a de que as grandes massas populares, desiludidas com os programas reformistas, tenderiam a passar para expectativas e posições radicais de enfrentamento armado, revolucionário.

Já no segundo semestre do próprio ano de 1968, os estudantes davam sinais de recuo. Somente os setores mais radicais, alguns poucos milhares de jovens, mantinham o ânimo, frente à repressão. O canto de cisne ocorreu quando da dissolução, pela polícia, do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, interior de São Paulo, em

outubro de 1968, tendo sido presas centenas de lideranças estudantis. Nesta altura, as oposições liberais e moderadas já estavam sem rumo, privadas da Frente Ampla, proibida desde o mês de abril. Disponham ainda de um partido, o MDB, mas ele estava ainda profundamente desacreditado.

Pois foi exatamente neste momento que o governo intensificou a ofensiva. Tomando como pretexto a recusa do Congresso em autorizar o processo do deputado Márcio Moreira Alves, acusado de ter feito um discurso ultrajante às Forças Armadas, o general-presidente decretou um novo Ato Institucional, o de n. 5, em dezembro de 1968, reinstaurando, de modo inaudito, o terror da ditadura.

Na verdade, visando muito mais os componentes insatisfeitos da grande e heterogênea frente que apoiara o golpe de 1964 do que os estudantes, já derrotados. A situação criada favoreceu aparentemente as propostas radicais da esquerda revolucionária. Sob o AI-5, era como se estivessem realizando as condições da utopia do impasse. O advento do tudo ou nada.

Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, sequestros de embaixadores. Os revolucionários chegaram a ter momentos fulgurantes, mas, isolados, foram cedo aniquilados. Na sequência, entre 1972 e 1975, seria identificado, caçado e também destruído um foco guerrilheiro na região do Araguaia, na fronteira do Pará, Maranhão e Goiás, reunindo algumas dezenas de guerrilheiros, na tentativa mais consistente da esquerda revolucionária.

A sociedade assistiu a todo este processo, como se fosse uma plateia de um jogo de futebol. Ou espectadores de um filme, ou de uma novela de TV. Às vezes, muitos pareciam simpatizar com o lado dos revolucionários. Mas não raramente, outros tantos os denunciavam, apontando-os, e a seus esconderijos, à polícia. A rigor, para a grande maioria da população, aquela guerra como a chamava os revolucionários e a polícia política, era algo que não conseguiam compreender, quanto mais, participar.

Por outro lado, também não é certo que houvesse simpatias pelos métodos brutais empregados pela polícia política, embora a sociedade brasileira já tivesse então aprendido e até hoje isto continua a conviver serenamente com a tortura, mas desde que empregada contra os chamados marginais. Sempre que este jogo sujo se passasse fora das vistas, e longe dos ouvidos, seria possível sustentar que os excessos eram ignorados e a sociedade, inocente.

Aquela luta desigual acabou em massacre. Os grupos e organizações revolucionárias equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico - e pagaram com a existência - física e política - pelos erros cometidos. À sombra desta derrota, e sob as asas de terror do AI-5, construiu-se um país próspero e dinâmico.

Num contexto internacional extraordinariamente favorável, que não se repetiria nas décadas seguintes, e apoiadas por um conjunto de medidas e incentivos estatais, o capitalismo brasileiro deu um gigantesco salto para frente.

A sinfonia dos índices anuais de crescimento do Produto Nacional Bruto/PNB era doce música para todos os que se beneficiavam: 9,5% (1970), 11,3% (1971), 10,4% (1972), 11,4% (1973). Na ponta, a indústria, registrando taxas de 14% anuais, com destaque para as duas locomotivas do processo: a indústria automobilística, com taxas anuais de 25,5%, e a de eletroeletrônicos, de 28%. Mesmo os setores menos dinâmicos, como o de bens de consumo popular, apresentavam índices inusitados: 9,1%, em média, para o período.



As exportações registraram aumentos de 32% ao ano, o que ensejou um ritmo equivalente de crescimento das importações. Mais do que aumentos quantitativos, promoviam-se mudanças qualitativas. Na indústria (a Petroquímica), na infraestrutura (telecomunicações, rodovias, complexo hidrelétrico), nas finanças, na agricultura (soja), no comércio internacional (proporção crescente de manufaturados na pauta de exportações).

Rompendo com os propósitos internacionalistas-liberais do governo Castelo Branco, o Estado, incentivava, regulava, financiava, protegia e intervinha ativamente nos mais variados setores.

Com base no Estado e nos capitais privados nacionais e estrangeiros, formou-se uma aliança de interesses e de recursos que exacerbava os traços esboçados pelo governo de JK, na segunda metade dos anos 50.

O país, comparado metaforicamente a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista: Pra Frente, Brasil; Ninguém mais segura este país; Brasil, terra de oportunidades, Brasil, potência emergente. Para os que discordavam, a porta de saída: Brasil ame-o, ou deixe-o.

A conquista do tricampeonato mundial, no México, em 1970, foi uma benção para estes propósitos, inclusive porque foi a primeira vez que um campeonato mundial de futebol foi transmitido ao vivo para todo o país.

A doença e o posterior afastamento do general Costa e Silva, em julho-agosto de 1969, complicada com a entronização de uma Junta Militar, em virtude do impedimento do vice-presidente, Pedro Aleixo, legalmente eleito, evidenciou mais uma vez o caráter ditatorial do regime. Os métodos através dos quais o novo general presidente foi escolhido por uma inédita votação entre os oficiais-generais também não convenceram. Não adiantou muito reconvoocar o congresso, fechado desde dezembro de 1968, para eleger o general Garrastazu Médici, pois ninguém tinha dúvidas de que sua verdadeira união tinha sido feita pelo Alto Comando das Forças Armadas. Ele já fora escolhido, antes de ser eleito.

O prejuízo que isto causava à imagem internacional do país era agravado pelas denúncias a respeito do emprego da tortura como política de Estado.

Num outro plano, os êxitos econômicos não conseguiam disfarçar as desigualdades sociais que começaram, no início ainda dos anos 70, a serem denunciadas por insuspeitos organismos internacionais. Como disse o próprio general-presidente Médici, embora a economia estivesse bem, o povo, ou pelo menos grande parte dele, ia mal.

A propaganda oficial anunciava periodicamente programas sociais, mas havia qualquer coisa ali que não funcionava. O Programa de Integração Nacional/PIN, com base na construção de mais uma gigantesca estrada, a Transamazônica, e a instalação de centenas de milhares de camponeses sem-terra nordestinos em agrovilas, acabou transformado em mais um plano de atração de grandes empresas para investimentos agropecuários.

Em 1974, quando o programa foi definitivamente cancelado, em vez da promessa inicial de um milhão de famílias, havia apenas cerca de 6 mil instaladas. O ambicioso projeto de erradicar o analfabetismo, o Mobral, cuja meta era alfabetizar 8 milhões de adultos entre 1971 e 1974, acabou também sendo melancolicamente abandonado, muitos anos mais tarde. Os alfabetizados do Mobral não sabiam ler, nem sequer assinar o nome. O mesmo destino teve o Plano Nacional de Saúde, o PIS-PASEP, o Projeto Rondon, e outros mais, como a tentativa de estruturar um sistema nacional de instrução moral e cívica que orientasse aquelas gentes nos bons caminhos da moral e dos bons costumes.

Nas eleições legislativas de 1970, houve o troco: novamente, uma enorme proporção de votos nulos e brancos, cerca de 30%, ainda em maior número do que em 1966. Entretanto, o regime confortava-se em suas maiorias, ganhas, sobretudo no Brasil profundo, e nos grotões dos interiores e das cidades menores.

Mas seria um erro, não raramente cultivado, o de estabelecer polaridades entre um Brasil arcaico, favorável à ditadura, e um Brasil moderno, partidário do progresso e da democracia. Inclusive porque a ditadura transformara-se num dos mais poderosos fatores de modernização.

Os funcionários públicos, principalmente os das estatais, viveram também um período favorável, apoiados em planos assistenciais, como se, para eles, não tivessem desaparecido as tradições e as benesses típicas da tradição nacional-estatista. Do mesmo modo, importantes setores de trabalhadores autônomos e de operários qualificados, sobretudo os empregados em grandes empresas de capital internacional, beneficiavam-se de condições particulares, de modo nenhum extensivas a toda a sociedade.

Os pequenos posseiros e proprietários de terra, que perderam sua pouca terra, os trabalhadores sem qualificação adaptada à sede de lucro dos capitais, que ficavam à margem, constituindo vastos contingentes, mal-chamados de excluídos, porque eram legítimo produto do sistema e, como tal, estavam nele incluídíssimos, embora, cada vez mais, aparecessem como descartáveis.

Entretanto, para além da contabilidade dos ganhos e perdas materiais, havia um processo não mensurável em réguas ou em números, o da integração do país pelas redes de TV, principalmente pela rede Globo. Aí estava o lazer fundamental da população. O mundo das novelas, principalmente. E o das variedades, e o do telejornalismo. Aquela teia conseguiu estabelecer uma notável interlocução com a sociedade, confortando, integrando, embalando, anestesiando, estimulando, modernizando.

Os anos 70, considerados como anos de chumbo, tendem a ficar pesados como o metal da metáfora, carregando para as profundas do esquecimento a memória nacional. Eles precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes, para os que ascendiam. Naquelas areias movediças havia os que afundavam, mas também os que emergiam, em busca de referências, querendo aderir. Anos prenes de fantasias esfuziantes, transmitidas pelas TVs em cores, alucinados anos 70, dançados ao som dos frenéticos dancing' days.

**PROCESSO POLÍTICO EM PERNAMBUCO
(2001-2015):**

O pré-candidato ao Governo de Pernambuco, senador Armando Monteiro (PTB), deu continuidade, na Mata Norte, ao roteiro de diálogos que tem mantido com a população de todas as regiões do Estado. Na noite desta segunda-feira (12), Armando esteve em Timbaúba, onde falou para mais de 400 pessoas na sede da AABB e ouviu relatos das dificuldades enfrentadas pela população da região.

Satisfeito com o resultado do encontro, Armando ressaltou que os próximos meses darão à Zona da Mata uma oportunidade para que a sociedade se mobilize através da população e de suas lideranças. “Está na hora de exigir que os pré-candidatos coloquem definitivamente a Zona da Mata na agenda do desenvolvimento de Pernambuco. É o momento para que assumam compromissos públicos com esta região”, afirmou.

Para Armando, a Zona da Mata precisa de um plano de reestruturação produtiva, “com investimentos em infraestrutura, ampliação da oferta de cursos de qualificação, aposta em novas alternativas econômicas e novas pólos de desenvolvimento, aproveitando inclusive o polo automotivo que está se instalando em Goiana”.

O pré-candidato ao governo ouviu dos pequenos comerciantes presentes no encontro relatos de dificuldades de atuação no município, que já foi um grande polo calçadista no Estado. Armando falou sobre suas iniciativas no Senado Federal em favor dos micro empresários e disse que os pequenos comerciantes precisam de mais estímulos. “Precisamos criar um ambiente favorável para o micro e o pequeno empresário. Tem gente agora que mudou de lado, pois antes era treinado para só cobrar impostos. Defendo que os impostos devem ser pagos, mas de acordo com a realidade das empresas, dos micro e pequenos empresários”, defendeu.

Nas três últimas semanas, Armando já esteve em mais de 20 municípios de Pernambuco, ouvindo a sociedade e lideranças políticas, seja em plenárias do projeto Pernambuco 14, ou em agendas de reuniões com segmentos específicos. Neste final de semana, estão programados novos encontros em Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim, no Agreste do Estado.

O pré-candidato ao Governo de Pernambuco, o senador Armando Monteiro (PTB), e o pré-candidato ao Senado, deputado federal João Paulo (PT), foram recebidos na manhã desta segunda-feira (14), por representantes de 130 sindicatos que reúnem cerca de 1 milhão de trabalhadores associados à Força Sindical em Pernambuco. O evento aconteceu em um hotel no Recife e foi organizado pelo presidente da entidade no Estado, Aldo Amaral, pré-candidato a deputado federal pelo PRB, partido que na última semana também declarou apoio a Armando e João Paulo. Participaram do ato mais de 500 pessoas.

Em seus discursos, Armando, João Paulo e Aldo ressaltaram que a aliança foi firmada em torno, principalmente, de temas como a geração de empregos de qualidade no Estado e a ampliação dos programas de qualificação profissional, como o Pronatec.

“Se há uma bandeira que nós reúne, que faz com que possamos hoje celebrar esta convergência e esta parceria, é uma aliança pró-emprego. Nós queremos gerar empregos para os pernambuca-

nos. Porque infelizmente ainda assistimos a um processo em que muitos empregos estão sendo gerados para pessoas de fora de Pernambuco. Os incentivos fiscais devem estar sempre associados a um compromisso de geração de emprego em Pernambuco. Quem quiser ter incentivo, precisa ter um compromisso com o emprego dos pernambucanos, porque esta é a forma de garantir com que este desenvolvimento se faça de forma integrada, oferecendo oportunidades a todos”, discursou Armando.

Enfatizando que a Força Sindical tem entre suas bandeiras o desenvolvimento econômico, o emprego e a qualificação profissional, Aldo Amaral disse que, após um amplo processo de consultas e debates, a entidade optou pelo apoio aos projetos de Armando e João Paulo e, no plano nacional, caminhar com a candidatura à reeleição da presidente Dilma.

“A Força Sindical de Pernambuco optou por continuar no lado das suas bandeiras. Se temos a oportunidade de reelegermos a presidente Dilma, por que não lutarmos por este objetivo? Se em Pernambuco um ciclo político finda, por que vamos interromper a continuidade do desenvolvimento? Então, confio que Dilma e Armando continuarão a contribuir para o desenvolvimento de Pernambuco”, afirmou Aldo, lembrando ainda das contribuições dos governos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma ao Estado.

PDT com Armando – Presente ao encontro, o deputado federal Paulo Rubem voltou a reforçar que o PDT vai caminhar com Armando e João Paulo em Pernambuco e com a reeleição da presidente Dilma no plano nacional. Rubem falou sobre a última reunião do partido, realizada em Brasília, onde os apoios foram debatidos.

“Na última quarta-feira o PDT se reuniu em Brasília e, durante mais de seis horas, fizemos um profundo debate sobre nossa participação nesta eleição. A partir daí tiramos a decisão de apoiar a reeleição de Dilma. Quanto a Pernambuco, discutimos a importância de termos uma aliança única que possa, em Pernambuco, assim como nós demais estados, onde o PDT não terá candidato próprio a governador, usar de uma única expressão da matemática, que é a soma. Nós entendemos que a campanha nacional deve ser acompanhada pelos palanques estaduais”, recordou.

O senador Armando Monteiro recebeu em seu escritório político, no Recife, nesta segunda-feira (31), doze representantes de sindicatos dos trabalhadores de Pernambuco. Ligados aos setores metalúrgico, gráfico, têxtil, de petróleo e borracha, os sindicalistas estiveram em reunião com o senador para discutir a consolidação do processo de reindustrialização do Estado, iniciado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e continuado pela presidente Dilma Rousseff.

O vice-presidente da CUT e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Alberto Alves (Betão), afirmou que o objetivo do encontro foi discutir a importância de uma aliança que garanta a manutenção e ampliação do processo de industrialização do Estado. “Este processo iniciado por Lula não foi concluído e precisamos de bons parceiros, como o senador Armando Monteiro, para consolidar esta industrialização e ampliar em Pernambuco a geração de empregos em um ambiente de trabalho decente”.

O ex-presidente da CUT e membro do Sindicato da Borracha, Carlos Padilha, disse que o encontro com Armando reuniu o macro setor de indústria da CUT e que o intuito foi abrir um canal de diálogo permanente com Armando Monteiro. No encontro, os sindicalistas entregaram ao senador um documento da Federação Única dos Petroleiros (FUP) em defesa da Petrobras.



O senador Armando Monteiro classificou o encontro como muito interessante e disse que o fundamental foi debater sobre uma aliança que deve ser construída em torno do emprego industrial em Pernambuco. “Todos reconhecem que Pernambuco está vivendo um processo de relançamento da indústria, mas para que este processo seja sustentável nós temos que fazer uma aliança para consolidar estes empreendimentos que estão se implantando em Pernambuco, e preencher alguns elos da cadeia produtiva. Então, foi esta a nossa conversa, sobre aquilo que representa uma convergência de posições”, afirmou o senador.

Armando cita várias oportunidades para a ampliação da matriz industrial e dos empregos no Estado: “Nestas novas plantas industriais que estão chegando, por exemplo, há muitos espaços para você poder preencher. Nós podemos ter ainda aqui, por exemplo, uma indústria de segunda e terceira gerações, a partir da planta petroquímica, a indústria de plástico, de pré-forma. Nós podemos fazer um polo para construir equipamentos para esta área de petróleo e offshore, pois nós temos esta vocação, nós podemos fazer ainda muito para relançar a indústria têxtil em Pernambuco, podemos ampliar a presença de Pernambuco na fabricação de componentes para o setor automotivo, podemos fazer mais na chamada indústria de navepeças, ou seja, peças para a indústria naval”, exemplificou.

Por fim, o senador destacou a importância de um debate sobre como fazer no Estado uma maior associação entre incentivos fiscais e a geração de empregos para os pernambucanos.

Em entrevistas a rádios do Estado na manhã desta segunda-feira (24), o senador Armando Monteiro (PTB) comemorou a aliança com o PT para o processo eleitoral em 2014 e para a construção de uma nova agenda para o desenvolvimento de Pernambuco.

“É um momento importante e agora abre-se uma nova etapa nesse processo, vamos ampliar essa aliança de forças para poder oferecer um palanque forte à reeleição da presidente Dilma em Pernambuco e, ao mesmo tempo, um palanque que possa oferecer a Pernambuco uma nova proposta, uma proposta que aponte para o futuro”, afirmou.

Confira abaixo algumas declarações feitas por Armando:

Decisão do PT

Armando Monteiro – “Tínhamos muita confiança de que, ao final, iríamos confirmar essa aliança e havia muitas razões para confiar nisto ao longo do processo, tendo em vista a manifestação de várias lideranças e o diálogo que fiz com vários setores do partido”. Então, ao final, foi confirmada essa nossa expectativa e, o que é mais importante, por uma larga margem e por um processo essencialmente democrático em que todos foram ouvidos, todos puderam se expressar. Houve um calendário que foi rigorosamente observado, ninguém atropelou o calendário. Portanto, fico feliz de verificar que essa decisão se deu de forma democrática, aberta, transparente, e isso é claro que fortalece o projeto porque o PT é um partido que tem um enraizamento na sociedade brasileira, que tem uma trajetória, uma marca.

O PT em Pernambuco

Armando Monteiro – “Os pernambucanos associam muito as conquistas que ocorreram nos últimos anos ao apoio fundamental que recebemos dos governos federais nos últimos 12 anos, no governo de Lula e que teve continuidade no governo de Dilma. Portanto, o Partido dos Trabalhadores está associado a essas conquistas. É um momento importante e agora abre-se uma nova etapa

neste processo, vamos ampliar essa aliança de forças para poder oferecer um palanque forte à reeleição da presidente Dilma em Pernambuco e, ao mesmo tempo, um palanque que possa oferecer a Pernambuco uma nova proposta, uma proposta que aponte para o futuro. O que eu digo sempre é que os pernambucanos se tornaram mais exigentes em relação ao futuro, todos sabem que o Estado avançou, mas sabem também que o Estado tem muitos problemas ainda. E para consolidar esse processo de crescimento, temos muito trabalho pela frente na infraestrutura, na educação, na saúde, na necessidade de fazer um desenvolvimento mais equilibrado, porque há regiões de Pernambuco onde esses investimentos não chegaram. Portanto, é essa agenda desafiadora que nós vamos discutir olhando para o futuro”.

Quem tem condições de conduzir Pernambuco

Armando Monteiro – “O processo está se iniciando agora, vamos ter um processo aberto em que, a partir das convenções, vamos fazer um debate sobre as questões de Pernambuco e então o povo de Pernambuco vai julgar de maneira soberana para decidir quem é que reúne as condições para conduzir Pernambuco nesse novo tempo que, como eu disse, nos desafia. Pernambuco teve um impulso de crescimento nos últimos anos, mas Pernambuco ainda tem muitos problemas. Então, é esse debate que eu espero que se faça, um debate de alto nível, que respeite a opinião pública de Pernambuco e, pra isso, vamos nos colocar com muito entusiasmo”.

PT vai decidir nome ao Senado

Armando Monteiro – “Eu acho que o nome do deputado João Paulo é um nome que tem uma densidade indiscutível pelo que representa, a sua grande liderança popular, a sua experiência como ex-prefeito do Recife tendo largamente aprovadas as suas gestões. Então, é um nome que se coloca com muita força. No entanto, este processo tem que ser definido pelo Partido dos Trabalhadores, que vai nos apontar e indicar o companheiro que se credencia aos olhos do partido para compor a chapa. Estaremos, evidentemente, sempre dispostos a acolher a indicação do PT. Portanto, vamos respeitar essa indicação. Mas não há nenhuma dúvida que o nome de João Paulo se coloca com muita força, desponta como um nome natural”.

O PT e o aumento do tempo de televisão na campanha

Armando Monteiro – “Acho que esse é um subproduto, o primeiro é o conteúdo político da aliança, mais importante que o tempo de televisão é o simbolismo desta aliança de podermos estar juntos com forças que fizeram um papel muito importante nessas transformações que ocorreram no Brasil e em Pernambuco. Então, o conteúdo político é o que tem de mais importante. Agora, há também um subproduto importante que é o fato de que o Partido dos Trabalhadores, como tem uma bancada muito expressiva e numerosa na Câmara, é um dos partidos que tem mais tempo de televisão individualmente, então não teremos problemas de tempo de televisão. Teremos um tempo mais que suficiente pra poder fazer, pra divulgar nossas mensagens e pra fazer uma campanha absolutamente eficiente na comunicação. Quero lembrar que até em episódios passados, mas recentes aqui em Pernambuco, partidos que tiveram até um tempo muito inferior ao que vamos ter, ao final, puderam também de forma eficiente divulgar suas mensagens e até consagrarem-se nas urnas como partidos vitoriosos. Portanto, esta questão do tempo de televisão é muito importante, você precisa ter



um tempo mínimo, teremos um tempo muito superior ao tempo mínimo necessário, para que a disputa possa se dar de forma equilibrada em relação à comunicação e a divulgação das mensagens”.

Recife – Pré-candidato a governador, o senador Armando Monteiro (PTB) tem certeza de que o fundamental no debate eleitoral no Estado, em 14, é discutir os desafios do desenvolvimento de Pernambuco nos próximos anos. “Precisamos olhar para o futuro do nosso Estado, ter um debate sobre os problemas, os desafios e as potencialidades”, afirmou Armando, durante entrevista ao programa de Geraldo Freire, na Rádio Jornal, no Recife, nesta segunda-feira (24).

O senador falou também sobre a formação do palanque de apoio à reeleição da presidente Dilma Rousseff em Pernambuco, sobre o processo de escolha do candidato adversário e o precário debate entre a necessidade de um perfil técnico ou político. “O fundamental nesse processo é que se possa aliar experiência, capacidade de articulação e um sentido de direção. Outra questão também muito importante é a capacidade de caminhar com as próprias pernas, ter um sentido de independência, que é tão importante e algo tão caro a Pernambuco”, acrescentou.

Veja abaixo os principais trechos da entrevista:

A construção da aliança ao governo

Armando Monteiro – “Eu estou construindo no nosso campo aquelas alianças, evidentemente que o parceiro preferencial é o PT, e isso caminha muito bem pelo calendário que foi estabelecido aqui pela direção nacional e regional do PTB. Portanto, nós aguardamos com muita tranquilidade que esse processo se conclua agora em março, e tenho recebido manifestações já muito positivas de lideranças do partido em Pernambuco. Tenho mantido contato também com outras legendas, com outros partidos, para que a gente possa concluir esses entendimentos e oferecer um expressivo leque de alianças para fortalecer esse projeto”.

Um palanque forte para a reeleição da presidente Dilma

Armando Monteiro – “Tenho a impressão que nós vamos ter aí surpresas nesse processo. Quero lembrar que as convenções só ocorrem em junho, ou seja, as alianças só são formalizadas em junho. Portanto, há muito ainda o que acontecer pela frente. Portanto, continuamos ainda muito tranquilos dentro desse calendário que foi estabelecido, conversando com todas as legendas, preferencialmente as legendas do nosso campo. Quando eu digo as do nosso campo são aquelas que estão alinhadas ao campo nacional com a candidatura da presidente Dilma. Portanto, vamos aí concluir esse processo, de modo a que tenhamos um amplo leque de alianças e uma chapa forte porque o nosso compromisso aqui, fundamentalmente, é fazer esse palanque da reeleição da presidente Dilma”.

Experiência política x perfil técnico

Armando Monteiro – “Eu acho esse debate precário. Acho que você tem aí um debate sobre Pernambuco, sobre os problemas, os desafios, as potencialidades, olhando para o futuro de Pernambuco. Evidentemente que aquele candidato que tem experiência política, que já tem uma visão do processo político e que ao mesmo tempo valoriza o processo técnico, porque hoje as escolhas, as decisões políticas têm que ser informadas tecnicamente, portanto, o fundamental nesse processo é que se possa aliar experiência, ca-

pacidade de articulação e um sentido de direção. Porque o político é aquele que sabe, em determinadas circunstâncias, definir prioridades e aliar a essa experiência sensibilidade. E acho ainda que há uma questão também muito importante, que é a capacidade de caminhar com as próprias pernas, ter um sentido de independência que é tão importante e algo tão caro a Pernambuco”.

O sr. diz então que o outro candidato é um poste?

Armando Monteiro – “Não, eu não digo isso. Eu tenho respeito pelas pessoas e esse processo que culminou com a indicação é um processo que foi acompanhado por vocês, que, em última instância, indicou que não havia uma candidatura natural nesse campo. Tanto que se assistiu a um processo curioso em que havia exposição de nomes, frituras, vetos. Mas isso não importa! O que importa é que ao final essa escolha foi definida e, a partir de agora, definidas as pré-candidaturas e confirmadas nas convenções, esse crivo muda. Não é mais um grupo fechado, não é mais um processo que se dá dentro de um grupo. Aí, sim, nós temos que ter um crivo da opinião pública, porque é ela que vai efetivamente fazer um julgamento da habilitação do candidato. Portanto, aí, esse outro campo, é um campo essencialmente democrático. E aí só o debate, o contraditório, a discussão das questões de Pernambuco é que ao final vão orientar esse processo. Eu quero dizer é que você nomeia secretário, mas ninguém nomeia governador. Governador quem elege é o povo”.

Sobre a política econômica

Armando Monteiro – “O importante é que a presidente Dilma tem dado sinais da disposição de conter as pressões inflacionárias. Tem fatores climáticos, tem fatores sazonais, mas o fato é o seguinte: ela não tem medido esforços para combater. Veja que a taxa de juros vem sendo elevada praticamente há seis meses, exatamente para conter as pressões inflacionárias. Mesmo não sendo simpático aumentar os juros, ela tem feito isso, é um remédio duro, mas que precisa ser utilizado. Porque o pior dos cenários é o que você indicou, é o povo sentir que vai perdendo o poder de compra porque os bens ficam mais caros e evidentemente a renda real do trabalhador diminui. Por outro lado, o governo anunciou agora um programa de redução de gastos, de despesas, corte no orçamento. Então, acho que o efeito combinado desses cortes, da política fiscal, com esse aperto que foi dado na política monetária, tudo isso vai garantir que tenhamos um quadro de inflação absolutamente controlado. E que a inflação possa ceder mais e mais. Portanto, esse é o compromisso fundamental da presidente Dilma. Porque, ao longo de todo governo dela, os trabalhadores tiveram ganhos reais, ou seja, os ganhos ficaram acima da inflação. Portanto, ela não irá permitir que a inflação termine por confiscar ou diminuir a renda do trabalhador. Esse é um compromisso fundamental”.

